



PRÉ-PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026

Agosto 2025



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

UNIDADE – DISCIPLINA – TRABALHO

GOVERNO

**PRÉ-PROPOSTA DO ORÇAMENTO
GERAL DO ESTADO
PARA O ANO ECONÓMICO 2026**

Agosto de 2025

Pré-proposta do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2026

PRIMEIRO-MINISTRO

Américo, D'OLIVEIRA DOS RAMOS

MINISTRO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Gareth, HADDAD DO ESPÍRITO SANTO GUADALUPE

DIRECTORA DO ORÇAMENTO

Jukisia DAYSSY BORJA SALVADOR

DIRECÇÕES ENVOLVIDAS

Direcção do Tesouro: Danilo Lima

Direcção das Alfândegas: Herlander Medeiros

Direcção dos Impostos: Mário Sousa

Direcção de Contabilidade: Odair Menezes

EDIÇÃO E REVISÃO

Jukisia DAYSSY BORJA SALVADOR

Revisão Técnica

Carlos Alberto Costa

Cadyna Afonso da Costa Cardoso D'Almeida

Informações: Direcção do Orçamento

Telefone: +239 222 53 25 / +239 222 33 77

Página Electrónica: www.mef.gov.st

Disponível em: <https://mef.gov.st>



Ministério da Economia e Finanças
Direcção do Orçamento

ÍNDICE

ÍNDICE.....	- 1 -
ÍNDICE DE QUADROS	- 2 -
I. EXPLICAÇÕES TÉCNICAS E GLOSSÁRIO.....	- 3 -
II. BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2023 E EVOLUÇÃO FACE À 2022.....	- 7 -
II.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS ATÉ JUNHO E ESTIMATIVA PARA 2023-	7 -
II.1.1. Análise do Desempenho das Receitas	- 9 -
II.1.2. Análise do Desempenho das Despesas	- 13 -
III. CONTEXTO MACROECONÓMICOS PARA OGE 2024	Erro! Marcador não definido.
III.1. INTERNACIONAL	- 17 -
III.2. NACIONAL	Erro! Marcador não definido.
IV. PRESUPOSTOS MACROECONÓMICO PARA OGE 2024.....	- 20 -
V. PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2024.....	- 24 -
V.1.1. Análise das Receitas Estimadas para 2024	- 26 -
V.1.2. Análise das Despesas Fixadas para 2024.....	- 29 -
VI. PROGRAMA FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2024-2027	- 37 -
VII. OS RISCOS ORÇAMENTAIS E JUSTIFICAÇÕES DAS MEDIDAS DE POLÍTICAS PREVISTAS PARA 2024-2027	- 38 -
VIII. EVOLUÇÃO DO STOCK NOMINAL DA DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - 41 -	

ÍNDICE DE QUADROS

Tabela 1: Resumo da Evolução da Execução Orçamental e Financiamento do Déficit-	10 -
Tabela 2: Evolução do Stock da Dívida Pública.....	- 16 -
Tabela 3: Pressupostos macroeconómicos.....	- 20 -
Tabela 4: Pré-proposta do Orçamento Geral do Estado para 2024.....	- 25 -
Tabela 5: Despesas Totais por Classificação Orgânica.....	- 29 -
Tabela 6: Despesas Totais por Classificação Funcional.....	- 30 -
Tabela 7: Despesas Totais por Localização Geográfica.....	- 31 -
Tabela 8: Despesas de Investimentos Públicos por Fonte de Recursos	- 33 -
Tabela 9: Serviço da Dívida Pública Externa para 2024, por Credores.....	- 35 -
Tabela 10: Quadro de Despesas Orçamentais de Médio-Prazo.....	- 37 -
Tabela 11: Projecção do Stock da Dívida Pública	- 41 -

I. EXPLICAÇÕES TÉCNICAS E GLOSSÁRIO

i. Cobertura

A Proposta do Orçamento Geral do Estado apresentada para aprovação abrange todas as operações orçamentais realizadas pelo Governo Central ou Administração Pública Central. Isso inclui as transferências feitas para os governos locais e regionais, os institutos e fundos autónomos, bem como os lucros de participação nas instituições financeiras públicas e privadas. A autoridade política do Governo Central estende-se por todo o território económico nacional, abrangendo os governos locais e regionais, a Zona Económica Exclusiva e os institutos e fundos autónomos.

ii. Residência

O território económico nacional inclui todas as instituições governamentais residentes, como as embaixadas e consulados são-tomenses. Estas unidades, por serem residentes devido a acordos formais, estão sujeitas às leis nacionais, e não às do país onde se encontram. Portanto, os recursos transferidos para esses organismos não são considerados transferências para o exterior.

iii. Moeda

A moeda nacional de São Tomé e Príncipe é a Dobra, emitida pela autoridade monetária santomense, o Banco Central. Todas as outras moedas são consideradas estrangeiras. Recursos externos não são apenas aqueles financiados com moeda estrangeira, mas também os financiados por organismos e/ou governos internacionais. Já os recursos internos são todos os provenientes de organismos residentes no território económico nacional, independentemente da moeda em que são obtidos.

iv. Receitas Efectivas

São consideradas receitas efectivas os recursos resultantes de transacções que contribuem para o aumento do património líquido do Estado, ou seja, que não impliquem contrapartidas por parte do Estado. Por exemplo, os empréstimos contraídos, mesmo que sejam concessionais, não são considerados receitas, pois representam apenas entradas de recursos que precisam ser reembolsados posteriormente, acrescidos de juros. Portanto, são consideradas efectivamente receitas apenas as Receitas Correntes (também chamadas de receitas internas ou domésticas) e os Donativos.

v. Receitas Correntes (Internas Ou Domésticas)

Todas as receitas cobradas resultam de actividades económicas desenvolvidas internamente e de forma regular.

vi. Donativos

Os donativos são doações feitas ao Estado sem qualquer contrapartida, sendo considerados receitas porque contribuem para o aumento do património líquido do Estado.

vii. Recursos de Privatização

Esses itens não são considerados receitas porque não resultam no aumento do património líquido financeiro do Estado. A privatização, por exemplo, é vista como a venda de um activo financeiro do Estado, como acções, em troca de outro activo financeiro (recursos monetários).

viii. Empréstimos concessionais

São empréstimos que se distinguem dos empréstimos comerciais por apresentarem longos períodos de maturidade e taxas de juros muito baixas.

ix. Despesas Efectivas

São consideradas despesas efectivas todas as despesas correntes e de investimento que resultam na diminuição do património líquido financeiro do Estado, excluindo a amortização da dívida pública.

x. Despesas Primárias

É o somatório das despesas correntes (excluindo juros) mais as despesas de investimento financiadas com recursos internos.

xi. Amortização

A amortização da dívida pública é classificada como despesa financeira, pois refere-se ao reembolso de empréstimos contraídos em exercícios financeiros anteriores. Dessa forma, as amortizações são registradas nas rubricas financeiras, especificamente sob financiamento. Por outro lado, os juros pagos pela utilização de fundos provenientes de empréstimos são considerados despesas orçamentárias, uma vez que reduzem o património líquido financeiro do Estado.

xii. Saldo Primário (doméstico)

Este indicador fiscal representa a diferença entre as receitas correntes e as despesas primárias domésticas. Às despesas primárias é subtraída a parte correspondente às despesas de investimento financiadas com recursos de privatização, quando estas existirem. O objectivo é fornecer um indicador que avalie a evolução das despesas públicas com base nos recursos que são certos e permanentes e que estão sob o controle efectivo do Estado, tanto do lado das receitas quanto das despesas.

xiii. Saldo Primário (convencional)

É a diferença entre as receitas efectivas e as despesas efectivas descontadas, respectivamente, dos juros a receber e dos juros a pagar.

xiv. Saldo Global

É o saldo que resulta do total das Receitas Efectivas descontado do total das Despesas Efectivas.

xv. Défice

Ocorre quando o somatório das receitas correntes mais donativos (receitas efectivas) é inferior ao somatório das despesas correntes mais investimentos (despesas efectivas).

xvi. Financiamento

Financiamento é o recurso engajado para a cobertura do défice.

xvii. Taxa de Juro de Referência

É a taxa de juro indicativa definida pelo Banco Central, e utilizada como instrumento de política monetária. Esta taxa serve de referência para a fixação da taxa de juro de mercado.

xviii. Ponto Percentual e Ponto Base

A diferença aritmética entre duas percentagens é designada de pontos percentuais. A variação em 1 (um) ponto percentual é equivalente a 100 (cem) pontos base. Por exemplo, em Maio de 2022, o Banco Central reduziu a taxa de juro de referência de 15% para 14%, o que significa uma redução em 1 ponto percentual ou 100 pontos base.

xix. Receitas Primárias

São aquelas que contribuem para o resultado primário, alterando o endividamento líquido do Governo (sector público não financeiro) no exercício financeiro correspondente.

xx. Receita Financeira

Esta categoria engloba os rendimentos provenientes de operações financeiras, de alienação, de financiamento, de transferência de capital e a reversão de saldo anterior.

xxi. Despesa Primária

Este conceito resulta da soma das despesas correntes (excluindo os juros da dívida pública) e das despesas de investimento financiadas com recursos internos, servindo como elemento para o cálculo do saldo primário, indicador utilizado para medir o desempenho das finanças públicas.

xxii. Despesa Financeira

Este conceito compreende os encargos com a amortização da dívida (interna e externa), corrente e atrasada.

xxiii. Resultado Fiscal

Considerando o controlo do endividamento por intermédio da dívida bruta, o apuramento do resultado fiscal revela a capacidade do país em gerar recursos financeiros para o resgate da dívida, de forma a mantê-la em patamares sustentáveis.

xxiv. Resultado Primário Convencional

O Saldo Primário Convencional resulta da diferença entre as Receitas Efectivas (correntes mais as receitas provenientes dos donativos) e as Despesas Efectivas, excluindo os Juros.

xxv. Resultado Primário Ajustado

O Saldo Primário Ajustado resulta da diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias.

xxvi. Resultado Nominal Global

O saldo nominal global é calculado comparando a despesa total do governo com as receitas primárias abrangentes, incluindo as receitas de donativos.

II. BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2025 E EVOLUÇÃO FACE À 2025

Os objectivos da política económica e financeira subjacentes ao Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2025 centraram-se em cinco eixos essenciais:

I. Fortalecimento da Governança e Proximidade com o Povo.

Promover uma governação transparente, participativa e eficiente, assegurando que o Estado esteja verdadeiramente ao serviço dos cidadãos e que a Administração Pública funcione de acordo com elevados padrões de qualidade e responsabilidade, em alinhamento com as necessidades da população.

II. Estímulo ao Desenvolvimento Económico e Sustentável.

Dinamizar a economia nacional através da diversificação produtiva, do incentivo ao empreendedorismo e da atracção de investimentos, garantindo um crescimento sustentável e a criação de emprego.

III. Promoção da Justiça Social e Inclusão.

Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo à Saúde, à Educação à Protecção Social e ao Saneamento do Meio digno, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades sociais.

IV. Reforma e Modernização Administrativa.

Modernizar a administração pública e reforçar a segurança interna para garantir um Estado eficiente, ágil e mais próximo dos cidadãos.

V. Integração Regional e Diplomacia Proactiva.

Fortalecer a presença de São Tomé e Príncipe no cenário internacional, promovendo parcerias estratégicas para investimentos, turismo e desenvolvimento sustentável.

O Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2025, aprovado pela Lei n.º 02/2025, de 16 de Maio, previu Receitas Efectivas no valor de 5.796 Milhões de Dobras, das quais as receitas correntes totalizavam 3.351 Milhões de Dobras. As Despesas Efectivas foram fixadas em 5.720 Milhões de Dobras, das quais as Despesas Primárias ascenderam a 3.010 Milhões de Dobras. Neste contexto, previa-se um aumento da despesa primária interna de 13,5%, valor acima da inflação homóloga revista (11,6%) e do crescimento do PIB nominal (16,4%). Este aumento é impulsionado pelas despesas de investimento financiadas com recursos internos (0,6%), bem como pelas despesas com pessoal (21,3%), bens e serviços (12,2%) e transferências correntes (4,2%).

Relativamente às receitas correntes (excluindo bónus petrolíferos), a previsão de crescimento é substancial (31,3%), sustentada por um aumento nas receitas aduaneiras (18,3%), IRC (9,1%) e IRS (15,4%). É relevante notar que esse aumento é resultado da recuperação dos atrasados dos direitos aduaneiros por parte da Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), do aumento das taxas alfandegárias sobre certos produtos e, sobretudo, da introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e o Imposto Especial sobre o Consumo (IEC).

No que diz respeito às receitas não tributárias, previa-se a continuação da recuperação das receitas de serviços (13,4%), embora num ritmo menos acentuado do que no ano anterior.

Considerando as previsões mencionadas, nomeadamente a diferença entre o crescimento previsto para a receita corrente (31,5%) e para a despesa primária interna (16,4%), bem como a perspectiva de um valor líquido nulo para as despesas de investimento suportadas internamente, o saldo primário interno implícito no OGE de 2025 (1% do PIB), representa uma melhoria em relação ao ano anterior (-0,03%do PIB). Quanto ao saldo global (base compromisso), previa-se um excedente de cerca de 0,5% do PIB.

No entanto, é importante notar que a concretização destas metas depende em grande medida do efectivo aumento das receitas, particularmente do IRC e IRS e, sobretudo, com o IVA e do IEC nas receitas. Os resultados também dependem da concretização efectiva dos donativos externos, sem gerar custos internos com despesas de investimento.

Em termos de execução, até o final de Junho de 2025, a execução das receitas correntes (excluindo petróleo) atingiu 1.221 Milhões de Dobras, representando 52,3% do programado. As despesas primárias atingiram 1.698 Milhões de Dobras, o que corresponde a 53,5% do programado. Portanto, o défice primário doméstico estimado para final de 2025 é de 1% do PIB, em comparação com os -0,03 % do PIB observados no ano anterior (2024) face aos 0,0% (nulo) do PIB previstos inicialmente. Quanto ao saldo global (base compromisso), previa-se um excedente de cerca de 118 Milhões de Dobras, em comparação com os 90 Milhões de Dobras fixados no Orçamento para 2024.

No que diz respeito às despesas de investimento, Esta rubrica atingiu os 444 Milhões de Dobras (com uma taxa de execução de 17,4%), sendo que 35,9% e financiadas com recursos internos e 16,6% com recursos externos.

O balanço da execução orçamental de 2025 indica uma gestão equilibrada das finanças públicas, com uma estabilidade no saldo primário interno e um saldo global nulo, mesmo com uma diminuição nas despesas primárias e de investimento. A concretização dessas metas depende da eficácia na arrecadação das receitas, principalmente das novas fontes de receitas (IVA e IEC), bem como da realização de donativos externos sem gerar custos adicionais com investimentos internos.

II.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS ATÉ JUNHO E ESTIMATIVA PARA 2025

II.1.1. Análise do Desempenho das Receitas

As receitas correntes compreendem a soma das receitas fiscais, provenientes de impostos, taxas e contribuições, e das receitas não fiscais. As receitas não fiscais incluem as receitas patrimoniais, oriundas da exploração do património do Estado; as receitas geradas pelos serviços prestados pelo Estado; as transferências recebidas de outras entidades, sejam de direito público ou privado; e diversas outras receitas correntes. Relativamente ao programado, as receitas correntes registaram até Junho um grau de execução apenas de 37%, perfazendo um total de receita em 1.239 milhões de Dobras, o que corresponde a mais 35,5% do que foi realizado no igual período do ano transacto. Este nível melhor de execução de arrecadação foi graças sobretudo bom desempenho dos impostos de importação, devido ao pagamento dos atrasados no pagamento dos direitos aduaneiros sobre a importação dos derivados de petróleo pela ENCO e das receitas de serviços. Considerando o nível de execução e as medidas excepcionais para a melhoria das receitas internas adoptadas em sede do orçamento para 2025, associado a consolidação dos esforços da Administração Tributária e Alfandegária na recolha das receitas, estima-se que as receitas correntes atinjam 2.995 milhões de Dobras, o que deverá estar em linha com o programado em cerca de (89%) e um aumento de 23%, face ao observado no ano transacto.

As *receitas fiscais* continuam a representar o principal item das receitas correntes, sendo que até Junho registou-se uma arrecadação que ascende aos 1.125 milhões, 40% do programado para o ano, o que corresponde a um aumento de 46,2% face ao arrecadado no igual período do ano 2024. O melhor nível de arrecadação deve-se sobretudo a melhoria de arrecadação registada nos impostos aduaneiros, decorrente do de pagamento dos direitos aduaneiros sobre os derivados de petróleo devidos pela ENCO. Considerando a retoma do pagamento pela ENCO, a implementação em pleno das medidas excepcionais para melhoria das receitas internas e a consolidação do processo da implementação do IVA, que se espera vir aumentar os níveis de arrecadação, dado a sua base alargada de tributação, estima-se arrecadar até Dezembro 2.636 milhões de Dobras, em receitas fiscais o que deverá representar uma taxa de execução de 94% do programado e uma variação homóloga. Acreditamos que essas medidas de política orçamental, permitir-nos-ão ter mais espaço fiscal para responder aos ajustes necessários do lado das despesas caso esses níveis de receitas venham a se verificar.

O grupo de receitas derivadas do *IRS* (Imposto sobre Rendimento de Pessoa Singular) continua a representar uma das principais componentes das receitas fiscais, sendo que até Junho registou uma arrecadação de 224 milhões de Dobras, o que corresponde a 34,8% do programado com aumento de 2,3% em comparação ao arrecadado no mesmo período do ano transacto. Espera-se que até o final do ano, a cobrança deste imposto cifre em 569 milhões de Dobras, o que corresponderá a 88% do aprovado e crescimento de 29,7% face ao arrecadado no ano transacto.

Tabela 1: Resumo da Evolução da Execução Orçamental e Financiamento do Déficit
(em milhões de Dobras)

Itens	Real 2023	OGE 2024	OGE 2025	Ano 2025			% PIB	PROJ. 2026
				Jan- Mar	Jan-Jun	Est. 2025		
Receitas Totais	3 379	4 363	6 507	815	1 774	5 545	30,8	5 709
Receitas Efectivas	3 433	4 035	5 795	761	1 641	4 981	27,4	5 411
Receitas correntes	2 175	2 724	3 351	639	1 239	2 995	15,9	3 876
Receitas Correntes (excl. petróleo)	2 083	2 716	3 231	624	1 221	2 909	15,3	3 798
Receitas fiscais	1 778	2 336	2 815	575	1 126	2 636	13,3	3 269
IRS	415	496	644	113	224	569	2,7	756
IRC	104	120	151	15	92	168	0,8	198
Imposto de Importação	604	826	949	251	404	979	4,6	1117
Imposto de Consumo	114	48	41	1	3	10	0,0	29
IVA	333	615	750	149	293	715	3,4	835
IEC	70	101	122	25	51	106	0,5	168
Outras	138	131	158	21	59	88	0,4	165
Receitas não fiscais	397	387	536	64	113	359	1,7	607
Receitas petrolíferas	92	8	120	15	18	86	0,4	79
Rendimento de pesca	23	39	49	0	0	49	0,2	49
Receitas de serviços	196	237	268	39	72	144	0,7	160
Financiamento por Cidadania			0	0	0	0	0,0	230
Outras	85	104	99	10	23	80	0,4	89
Donativos	1 258	1 311	2 445	122	402	1 986	9,4	1 535
apoio directo ao OGE	360	274	421	73	248	421	2,0	592
para Projecto	813	950	1 985	49	136	1 527	7,2	861
HIPC	85	87	38	0	18	38	0,2	82
Despesas Totais	3 718	4 356	6 507	779	1 788	5 545	26,2	5 709
Despesas Efectivas	3 488	4 045	5 720	740	1 618	5 205	24,6	4 755
Despesas primárias	2 230	2 709	3 010	547	1 162	2 720	12,9	3 445
Despesas de Funcionamento	2 506	2 876	3 171	694	1 508	3 201	15,2	3 379
Despesas com pessoal	1 214	1 455	1 698	320	647	1 698	8,0	1987
Bens e serviço	297	388	435	82	170	340	0,8	419
Juros da dívida	113	194	221	6	41	180	0,9	211
Transferências correntes	431	506	527	83	215	430	2,0	512
Outras	225	227	246	63	118	236	1,1	231
Exercício Findo	224	107	43	140	317	317	1,5	19
Despesas de investimento	981	1 169	2 550	46	114	2 012	9,5	1 376
Financiamento interno	61	134	103	1	15	24	0,1	296
Tesouro	40	69	65	1	12	16	0,1	214
HIPC	21	65	38	0	4	8	0,0	82
Consignada				0	0	0	0,0	
Financiamento externo	920	1 035	2 446	45	98	1 988	9,4	1 080
Donativo	866	950	1 985	45	43	1 527	7,2	861
Crédito	54	85	461	0	55	461	2,2	219
Despesas Financeiras	231	311	787	39	169	340	1,6	954
Saldo corrente	-647	-267	17	-211	-604	-610	-2,9	400
em % do PIB	-0,05	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
Saldo primário interno	-147	8	221	76	59	189	0,9	353
em % do PIB	- 0,8	0	1	0	0	1	0,0	1,5
Variações líquida dos atrasados	-232	0	-23	-140	-295	-295	-1,4	-18
Externo	0	0	0	0	0	0	0,0	0
Interno	-232	0	-23	-140	-295	-295	-1,4	-18
Água e Energia	-97	0	0	0	0	0	0,0	0
Comunicação	0	0	-13	-6	-9	-9	0,0	-13
Dif. de Preços de Combustível	-115	0	0	-134	-285	-285	-1,4	0
Outros atrasados	-20	0	-10	0	0	0	0,0	-5
Saldo global	-285	-320	-711	-18	-146	-564	-2,7	-298
em % do PIB	-2,03	-2,28	-5,06	-0,13	-1,04	-4,01	0,0	-2,12
Financiamento	-54	329	711	54	132	564	2,7	298
Financiamento interno Líquido	74	243	385	15	18	103	0,5	79
Crédito bancário líquido	0	0	27	0	0	0	0,0	0
NOA	74		0	15	18	36	0,2	79
FMI - ECF	0	0	0	0	0	0	0,0	0
FMI - BCSTP (DES/SDR)	0	0	0	0	0	0	0,0	0
Instrumentos Financeiros (OT- BT)	0	176	271	0	0	67	0,3	0
Financiamento externo Líquido	-128	86	-326	-39	-115	461	1	219
Desembolsos para corrente		0	0	0	0	0	0,0	0
Desembolsos para projectos	103	85	461	0	55	461	2,2	219
Amortização Programada	-231	-311	-787	-39	-169	-338	-1,6	-954
Discrepância Estatística	-339	8	-1	36	-14	0	0,0	0

Fonte: Direcção do Orçamento

Quanto ao IRC (Imposto sobre Rendimento da pessoa Colectiva), apresentou até Junho uma arrecadação de 92 milhões de Dobras, o que corresponde a 61% do programado para o ano e

mais 29,0% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto. Este nível de arrecadação está acima do previsto. O bom desempenho deste item das receitas fiscais é justificado pelo pagamento do imposto devido, relativo ao exercício económico 2024, o pagamento por conta feito pela Assembleia Nacional e a aplicação da medida de carácter excepcional, aprovada pelo Decreto-lei n.º 16/2022, de 21 de Junho que incentivou o pagamento dos impostos em atraso por parte dos contribuintes, ao estabelecer o perdão de até 40% dos montantes em dívida, bem como dos respectivos juros de mora por incumprimento. Dado o grau de execução observado, é esperado que até Dezembro a taxa de arrecadação venha a ser superior em 0,8 p.p. do programado, ascendendo a 168 milhões de Dobras. O esforço que a Administração Tributária tem feito para a cobrança de impostos sobre lucros tributáveis em atraso, poderá resultar num aumento de 26,2% em termos homólogos nominais dessas receitas, se a tendência de cobrança observada no 1.º semestre continuar no 2.º semestre de 2025, atendendo que é na segunda metade do ano que a maior parte das declarações de lucros colectáveis são entregues.

A contínua dependência da economia nacional face ao exterior, sobretudo na importação de combustíveis, continua a evidenciar o peso das *receitas aduaneiras* sobre as receitas fiscais, fazendo com que a mesma seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas. Até Junho de 2025, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 404 milhões de Dobras, representando cerca de 42,6% do programado, e mais 233,5% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto. O bom nível de execução bem como o aumento observado relativamente ao período homólogo do ano transacto é explicado por vários factores, sendo de destacar (i) o pagamento dos atrasados dos direitos aduaneiros sobre a importação dos derivados de petróleo pela ENCO. No entanto estima-se que até Dezembro as receitas aduaneiras alcancem uma arrecadação de 979 milhões de Dobras, correspondente a 103% do programado e mais de 14,9% do arrecadado no ano transacto.

As receitas provenientes dos *impostos sobre consumo* embora tivessem registado uma taxa de arrecadação de 7,9% do programado, o mesmo corresponde a menos 60% face ao arrecadado no igual período do ano transacto, de 10 milhões de Dobras.

Relativamente a *outras receitas fiscais* que é composta essencialmente pelo impostos sobre património, imposto de selo e taxas, estas conheceram até Junho uma arrecadação aproximadamente a 1 milhões de Dobras, correspondente a 117% do programado que, entretanto, representa um aumento de 109% quando comparado com o arrecadado no mesmo período do ano transacto. A aumento face ao período homólogo é justificada, por um lado, pelos factos extraordinários ocorridos no ano transacto, relativamente ao imposto sobre o património, que não vieram a repetir-se no período em análise e, por outro lado, ao facto das receitas provenientes das taxas estarem, em grande medida, relacionadas com a arrecadação dos impostos aduaneiros que, entretanto, tiveram uma arrecadação melhor no primeiro semestre do ano em análise. Tendo em conta o nível de arrecadação observado e considerando que a cobrança do imposto de selo tendencialmente será menor após a implementação do IVA, foi estimado para este grupo de receitas uma arrecadação de 88 milhões de Dobras, o que corresponde a 56% do programado e um aumento de 20,3% face ao que foi arrecado no ano transacto.

As *receitas não fiscais* englobam essencialmente as receitas petrolíferas, rendimentos de pescas, receitas de serviços e outras receitas não fiscais. Até o final do período em análise este agregado

de receitas, registou uma taxa de realização de 21,3% um total de 114 milhões de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a uma diminuição de 21,2%, influenciado sobretudo pelo desempenho das receitas de serviços. Dado que se espera a entrada das receitas de acordo de pesca com a união europeia, estima-se que este grupo de receitas atinja, até final do ano, 359 milhões de Dobras, correspondente a um aumento de 38,4% do programado.

Conforme as informações disponíveis da execução orçamental até Junho, observa-se que o grupo de *outras receitas não fiscais*, registou uma arrecadação que ascendeu a 114 milhões de Dobras, o que corresponde a 21,3% do programado e a uma diminuição de 21,2% face ao executado no período homólogo do ano 2024.

No que se refere aos *donativos*, é de destacar que até Junho registou uma arrecadação que ascendeu a 402 milhões de Dobras, o que corresponde a menos 16,4% do programado e a uma diminuição de 41,4% face ao executado no período homólogo do ano 2024, no cômputo geral, ascendido a 1.986 milhões de Dobras, o que representa. Vale destacar que para o valor arrecadado contribuíram, por um lado, os donativos para projecto com 248 milhões de Dobras, o que representa 59,0% do programado e mais 15,6 do que foi mobilizado no período homólogo do ano transacto e, por outro lado, os donativos provenientes da iniciativa HIPC, cuja arrecadação foi apenas de 17 milhões de Dobras. Os atrasos na aprovação do orçamento para o ano em curso, bem como na obtenção do programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) com o FMI, que é o principal catalisador de financiamentos externos, juntamente com a conjuntura internacional adversa caracterizada pela escassez de recursos para investimentos nos setores críticos de desenvolvimento devido à guerra no leste europeu, justificam o nível de donativos observados. Para evitar o comprometimento em despesas de investimento sem cobertura financeira assegurada, estamos priorizando a alocação de recursos cuja entrada é mais provável. A diminuição dos donativos confirma a tendência natural em um contexto de crise financeira internacional, onde a escassez de recursos e a maior competitividade por donativos nos mercados internacionais se tornam mais acentuadas.

Análise do Desempenho das Despesas

Para alcançar a meta de saldo primário de 1% do PIB definida no orçamento deste ano, será necessário restringir as despesas primárias em relação ao montante inicialmente aprovado, alinhando-as com as receitas domésticas estimadas. Isso implica na continuidade de uma política orçamental focada na contenção de despesas, racionalização de recursos e aumento da produtividade, a fim de evitar pressões adicionais sobre as receitas. Além disso, é indispensável implementar medidas fiscais proactivas, reforçando tanto a cobrança passiva quanto coerciva, incluindo a recuperação de dívidas fiscais em atraso, que não podem mais ser adiadas.

Até ao final de Junho de 2025 apontam que a execução das *despesas com pessoal* ficou nos 647 milhões de Dobras, representando 38,1% do inicialmente aprovado, o que corresponde a uma variação homóloga positiva de 20,5%. A execução das despesas com pessoal ficou de acordo ao previsto. Para o segundo semestre é que se está a prevê o aumento salarial, o que implicará um aumento significativo de despesa com pessoal.

Conforme o ritmo de execução observado até primeiro semestre, estima-se que este grupo de despesas atinja, até o final de ano, o montante de 1.698 milhões de Dobras, representando uma execução correspondente ao valor inicialmente previsto no orçamento, e face ao executado no ano transacto e 8,3% do PIB estimado para o ano.

Relativamente ao agregado das *despesas com aquisição de bens e serviços*, observa-se que durante o primeiro semestre de 2025, as mesmas tiveram uma taxa de execução que corresponde a 43,3% do programado, o que representa uma diminuição ligeira de 1,9%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que tanto o nível de execução como diminuição observado ao nível deste grupo de despesas, foram sobretudo diminuição de rubrica de aquisição de serviços, através das suas principais componentes água e energia, comunicação e outras aquisições de serviços.

O grupo das *despesas com juros da dívida pública*, durante o período em análise tiveram uma execução de 40 milhões de Dobras, ficando a 18,4% do programado, o que representa uma expressiva variação homóloga negativa de 6,5% face ao realizado no mesmo período do ano anterior. Considerando o nível de execução bem como os compromissos assumidos, espera-se atingir até o final do ano uma realização que ascende o montante de 180 milhões de Dobras, montante um pouco abaixo do valor inicialmente aprovado que era 221 milhões.

No que se refere às *transferências correntes*, que são fundamentalmente operações feitas sem contrapartidas por conta da administração central e que se destinam particularmente aos institutos, aos serviços e fundo autónomos, às camaras distritais, à região autónoma do príncipe, às embaixadas e às famílias, observa-se que até o final do período em análise atingiram uma execução que ascende a 212 milhões de Dobras, o que corresponde a 40,3% do aprovado. O aumento relativamente ao período homólogo do ano transacto advém, sobretudo, actualização dos salários dos organismos autónomos. Dado o nível de execução observado, estima-se que até o final do ano esta rubrica registre uma execução de 430 milhões de Dobras, o que corresponde a 82% do aprovado. Essa estimativa assenta no pressuposto de que, com excepção das transferências para cobertura das despesas com pessoal, as demais serão limitadas em função das receitas estimadas, tendo em conta que entendemos que esses serviços são os que

têm margem para cobrir o *gap* de financiamento das suas próprias despesas de funcionamento por terem a capacidade de arrecadar as receitas próprias.

As *outras despesas correntes diversas* englobam todas as despesas que não são classificadas nas rubricas anteriormente mencionadas, sendo de destacar as despesas com junta médica para exterior e despesas consignadas aos recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Informações relativas a execução orçamental até Junho de 2025 mostram que as mesmas tiveram uma execução de 117 milhões de Dobras, estando a 47,9% do aprovado. Tendo em conta a expectativa de que essas informações fiquem disponíveis até o final do ano, associado as medidas excepcionais para melhoria das receitas internas adoptadas em sede do Orçamento Geral do Estado para 2025, estima-se que até Dezembro este agregado de despesa atinja o montante de 236 milhões de Dobras, correspondendo a menos 8,3% do que executado no mesmo período do ano transacto.

As *despesas correntes de exercícios findos*, que são orçamentadas de modo a pagar-se as despesas correntes assumidas nos anos anteriores e que devem ser pagas no ano corrente, mediante existência de dotação orçamental disponível para o efeito, atingiram no período em análise uma realização de 317 milhões de Dobras, que embora correspondesse a 744,7% acima do aprovado, representa uma variação homóloga positiva acima de 100%, relativamente ao realizado no igual período de 2024. O nível de execução observado deve-se a continuação do pagamento dos atrasados do consumo de água e energia, comunicação e pagamento de dívidas aos diferentes fornecedores do Estado, no âmbito do programa de pagamento das dívidas às empresas e fornecedores de bens e serviços ao Estado.

Dados disponíveis em final de Junho 2025, apontam para execução das *despesas de investimentos públicos* no montante apenas de 112 milhões de Dobras, o que representa cerca de 4,4% do inicialmente aprovado, reflectindo uma diminuição de 78,4, em relação ao executado no mesmo período do ano transacto. O modesto nível de execução observado deve-se, sobretudo (i) aos atrasos na aprovação do Orçamento Geral do Estado para o corrente ano e na obtenção do programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sua sigla inglesa) com o FMI, que é o principal instrumento catalisador dos financiamentos externos; (ii) a contida mobilização dos recursos externos, dada a conjuntura internacional adversa marcada pela escassez de financiamento associado ao conflito no leste europeu; e, (iii) conforme já mencionado nos pontos anteriores, ao facto de uma parte considerável das informações de execução financeira dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontrarem disponíveis para o efeito da consolidação das contas públicas, e que só são disponibilizadas muito depois do final do período em análise. A estimativa para o final do ano aponta para uma execução das despesas de investimentos públicos de em torno de 2.012 milhões de Dobras, correspondente a 79% do aprovado e uma diminuição de quando comparado com o executado no ano 2024 no mesmo período. Os detalhes dos financiamentos realizados estão abaixo discriminados, em conformidade com as fontes de finamentos utilizadas.

As *despesas de investimentos com financiamento interno* englobam as financiadas com recursos próprios do tesouro e com financiamento da iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Até junho de 2025 estas tiveram uma execução que ascende a 3 milhões de Dobras, o que corresponde a 9,1% do aprovado e um decréscimo de 62,5%, quando comparado com o executado no mesmo período do ano transacto. A componente "*recursos próprios do*

tesouro”, atingiu uma execução que ascendeu a 8 milhões de Dobras, o que corresponde a 13% do aprovado e menos 16,8% do que foi executado no período homólogo do ano transacto.

A componente *PIP financiada com recursos externos* (donativo e crédito) até Junho verificou uma execução que ascendeu ao montante de 100 milhões de Dobras, correspondente a 4,1% do aprovado, e que representa. Comparativamente ao executado no mesmo período do ano transacto, constata-se que o nível alcançado representa uma redução de 79,9%. Vale ressaltar que o montante executado corresponde na sua maioria aos projectos financiados com *donativos*, que registaram uma execução de 2,3% do programado que corresponde a menos 90,5% quando comparado com o executado no mesmo período do ano transacto. Já as despesas de investimentos financiadas com *empréstimos* conheceram uma execução que ficou nos 11,9% do fixado no orçamento e uma variação homóloga positiva de 177%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Conforme o ritmo da entrada dos recursos, que se espera para segundo semestre do ano, na medida em que já se terá o programa com FMI, estima-se que o nível das despesas de investimentos com financiamento externo atinja 1.988 milhões de Dobras, representando a totalidade do valor aprovado.

Tendo em conta o serviço da dívida estimado para o ano 2025 e em razão dos compromissos assumidos para o primeiro semestre de 2025, observa-se que as *despesas financeiras* (amortização da dívida pública) registaram uma execução no montante de 169 milhões de Dobras, correspondente a 21,5% do aprovado. Comparativamente ao executado no mesmo período do ano anterior representa uma variação homóloga positiva de 74,1%, em termos nominais. Estima-se que até ao final de 2025, este grupo de despesas atinja o montante de 338 milhões de Dobras, o que representa uma variação homóloga positiva de 122%, face ao executado em 2024, sendo impulsionado, fundamentalmente pelo pagamento da dívida externa.

Relativamente ao stock da dívida do sector publico até Junho de 2025, observa-se que o mesmo cifrou-se em 635,0. milhões de dobrs, dos quais 374,2 Milhões correspondem a dívida do Governo central e 262,3 Milhões correspondem aos passivos contingentes. Como parte da dívida do Governo Central, temos a dívida externa e interna nos montantes de 273,4 e 99,38 milhões de dobrs, respectivamente. O total da dívida externa representa cerca de 73% do total da dívida do Governo Central e 43% da dívida do sector publico. Destas destacam-se as BAD/FAD, IDA, FMI, PORTUGAL, ANGOLA, E CHINA, como sendo os principais credores de STP. No que se refere a dívida interna, observa-se que no período em análise a mesma representa cerca de 15,6%. do total da dívida do sector publico e 26,5%. da dívida do Governo Central. Em termos homólogos, observa-se um incremento do stock da dívida publica, devido, sobretudo, ao aumento dos desembolsos da Dívida do BEI para reabilitação da Avenida Marginal 12 de Julho.. Conforme é apresentado no quadro abaixo.

Tabela 2: Evolução do Stock da Dívida Pública
(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	I Semestre 2023			I Semestre 2024			I Semestre 2025			Estr %	Var. % Homólogo
	Total	Corrente	Atrasado	Total	Corrente	Atrasado	Total	Corrente	Atrasado		
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP) = I+II+III	603,6	280,9	322,6	629,0	316,9	314,2	635,0	326,4	310,2	####	1,0%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II	338,8	276,6	62,2	366,8	313,0	53,8	374,2	323,4	50,8	58,9%	2,0%
I. DÍVIDA EXTERNA (A+B)	236,7	230,7	6,0	269,3	260,7	8,5	273,4	265,3	8,0	73,1%	1,5%
% do Total (DSP)	39,2%	82,1%	1,9%	42,8%	82,3%	2,7%	42,9%	81,1%	2,6%		
% do Total (DGC)	69,9%	83,4%	9,6%	73,4%	83,3%	15,8%	73,1%	82,0%	15,8%		
A. Multilateral	97,5	97,5	0,0	114,4	114,0	0,5	119,2	119,2	0,0	43,6%	4,2%
% do Total (DGC)	28,8%	35,2%	0,0%	31,2%	36,4%	0,9%	31,8%	36,9%	0,0%		
% da Dívida Externa	41,2%	42,3%	0,0%	42,5%	43,7%	5,4%	43,6%	44,9%	0,0%		
BAD/FAD	18,7	18,7	0,0	17,3	17,3	0,0	16,8	16,8	0,0	14,1%	-2,6%
IDA	11,0	11,0	0,0	10,8	10,8	0,0	10,6	10,6	0,0	8,9%	-1,5%
FIDA	4,6	4,6	0,0	4,2	4,0	0,2	3,9	3,9	0,0	1,4%	-8,3%
OPEP ^a	2,4	2,4	0,0	2,4	2,2	0,3	1,9	1,9	0,0	0,7%	-21,0%
BEI	13,3	13,3	0,0	15,6	15,6	0,0	23,1	23,1	0,0	8,5%	48,4%
BADEA	14,6	14,6	0,0	15,6	15,6	0,0	15,5	15,5	0,0	5,7%	-0,6%
FMI	32,9	32,9	0,0	32,9	32,9	0,0	32,5	32,5	0,0	11,9%	-1,2%
KUWAIT FUND ^a	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0	0,0	0,0%	-1424,8%
AFREXIMBANK	0,0	0,0	0,0	11,8	11,8	0,0	11,8	11,8	0,0	4,3%	0,0%
SYNERGIES				3,8	3,8		3,1	3,1		1,1%	-18,6%
B. Bilateral	139,2	133,2	6,0	154,8	146,8	8,1	154,2	146,1	8,0	56,4%	-0,4%
% do Total (DGC)	41,1%	48,2%	9,6%	42,2%	46,9%	15,0%	41,2%	45,2%	15,8%		
% da Dívida Externa	58,8%	57,7%	100,0%	57,5%	56,3%	94,6%	56,4%	55,1%	100,0%		
Clube de Paris	5,1	0,8	4,3	5,1	0,8	4,3	5,0	0,7	4,3	1,3%	-1,5%
BÉLGICA	0,8	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,7	0,7	0,0	0,3%	-9,8%
BRASIL	4,3	0,0	4,3	4,3	0,0	4,3	4,3	0,0	4,3	1,6%	0,0%
Não Clube de Paris	134,1	132,4	1,7	149,7	146,0	3,7	149,2	145,4	3,7	54,6%	-0,4%
PORTUGAL ²	54,5	54,5	0,0	70,1	70,1	0,0	69,5	69,5	0,0	25,4%	-0,8%
ANGOLA Consolidada 2022 ¹¹	68,0	68,0	0,0	68,0	65,9	2,0	68,0	65,9	2,0	24,9%	0,0%
Div. Comercial	10,0	10,0	0,0	10,0	10,0	0,0	10,0	10,0	0,0	3,7%	0,0%
CHINA INTERNATIONAL FUND	10,0	10,0	0,0	10,0	10,0	0,0	10,0	10,0	0,0	3,7%	0,0%
Div. Curto Prazo	1,7	0,0	1,7	1,7	0,0	1,7	1,7	0,0	1,7	0,6%	0,0%
GUINÉ EQUATORIAL	1,7	0,0	1,7	1,7	0,0	1,7	1,7	0,0	1,7	0,6%	0,0%
II. DÍVIDA INTERNA (C+D)	102,1	45,9	56,2	97,5	52,2	45,3	99,3	58,1	42,8	26,9%	1,9%
% do Total (DSP)	16,9%	16,3%	17,4%	15,5%	16,5%	14,4%	15,8%	17,7%	13,7%		
% do Total (DGC)	30,1%	16,6%	90,4%	26,6%	16,7%	84,2%	26,9%	18,0%	84,2%		
C. DÍVIDA C/FORNECEDORES+ATRASADOS INTERNOS	56,2	0,0	56,2	45,3	0,0	45,3	41,3	0,0	41,3	42,4%	-8,9%
% da Dívida Interna	55,1%	0,0%	100,0%	46,4%	0,0%	100,0%	42,4%	0,0%	100,0%		
Credores / Fornecedores Diversos	14,2	0,0	14,2	9,0	0,0	9,0	9,9	0,0	9,9	23,2%	10,5%
Fornecedores Externos	13,9	0,0	13,9	8,7	0,0	8,7	9,6	0,0	9,6		10,7%
Lar Junqueira	2,3		2,3	2,1	-	2,1	2,2	-	2,2	22,2%	6,7%
Hidroelectrica	2,3	-	2,3	2,2	-	2,2	2,4	-	2,4	24,5%	12,1%
MSF	4,7	-	4,7	4,4	-	4,4	5,0	-	5,0	49,9%	12,0%
Synergies	4,6	-	4,6	0,0	-		0,0	-		0,0%	0,0%
Fornecedores Internos (Indemnizações)	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3		4,0%
ATRAS. INTERNOS	0,3	-	0,32	0,3	-	0,32	0,3	-	0,34	3,4%	4,0%
Novos Atrasados Internos²	42,0	0,0	42,0	36,3	0,0	36,3	31,3	0,0	31,3	0,3	-0,1
Dívida do Estado às Empresas Privadas	6,0	0,0	6,0	5,1	0,0	5,1	5,7	0,0	5,7	17,3%	12,1%
Estado / Empresas apuradas em Junho de 2019	5,4	-	5,4	5,1	-	5,1	5,7	-	5,7	17,3%	12,1%
Encargos Salariais - BISTP ...	0,6	-	0,6	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0%	0,0%
Dívida do Estado às Empresas Públicas	24,9	0,0	24,9	20,9	0,0	20,9	14,2	0,0	14,2	47,8%	-32%
ESTADO/EMAE	2,2	-	2,2	7,7	-	7,7	0,0	-	0,0	4,6%	-100,0%
ESTADO/CST	6,0	-	6,0	5,1	-	5,1	6,1	-	6,1	18,6%	20,5%
ENCO-Diferencial de preços ¹¹	9,1	-	9,1	0,8	-	0,8	0,0	-	0,0	0,0%	-100,0%
INSS	7,7	-	7,7	7,2	-	7,2	8,1	-	8,1	24,6%	12,1%
Dívida dos Ministérios aos Terceiros	11,1	0,0	11,1	10,4	0,0	10,4	11,5	0,0	11,5	35,0%	11%
Ministerios / Terceiros apurados em Junho de 2019	10,5	-	10,5	9,8	-	9,8	10,8	-	10,8	33,0%	10,6%
Edifício do Tribunal de Contas	0,6	-	0,6	0,6	-	0,6	0,7	-	0,7	2,0%	12,1%
D. DÍVIDA CONTRAÍDA PELO TESOURO PÚBLICO	45,9	45,9	0,0	52,2	52,2	0,0	58,1	58,1	0,0	57,6%	11,2%
% da Dívida Interna	44,9%	100,0%	0,0%	53,6%	100,0%	0,0%	57,6%	100,0%	0,0%	57,6%	7,5%
Bilhetes de Tesouro (curto prazo- 1 ano)	38,6	38,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Obrigações (médio e longo prazo)	2,0	2,0	0,0	42,6	42,6	0,0	47,7	47,7	0,0	82,2%	12,1%
BISTP - Novo avanço salarial				5,7	5,7		6,1	6,1		10,5%	7,4%
BISTP -Acordo Financeiro	5,4	5,4	0,0	4,0	4,0	0,0	4,3	4,3	0,0	7,4%	7,1%
III. PASSIVOS CONTINGENTES² (E+F+G)	264,7	4,3	260,4	262,2	3,9	260,4	262,3	3,0	259,4	41,2%	0,0%
% do Total (DSP)	43,9%	1,5%	80,7%	41,7%	1,4%	81,1%	41,2%	1,4%	81,1%		
% dos Passivos Contingentes	79,5%	100,0%	79,1%	79,3%	100,0%	79,1%	79,3%	100,0%	79,1%		
E. Dívida Externa Bilateral Garantida¹¹	54,3	0	54,3	54,3	0	54,3	54,3	0	54,3		0,0%
ITALIA	24,3	0,00	24,3	24,3	0,00	24,3	24,3	0,00	24,3	6,5%	0,0%
NIGERIA	30,0	0,00	30,0	30,0	0,00	30,0	30,0	0,00	30,0	8,0%	0,0%
F. Total das Estatais (SOE)	210,4	4,3	206,1	207,9	3,9	206,1	208,0	3,0	205,1	79,3%	0,0%
Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta con	4,3	4,3	0,0	2,9	3,9	0,0	3,0	3,0	0,0	1,4%	3,4%
% dos Passivos Contingentes	1,6%	100,0%	0,0%	1,1%	100,0%	0,0%	1,1%	100,0%	0,0%		
SMF - Carta de Conforto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
ENAPORT - Carta de Conforto	1,6	1,6	0,0	1,2	1,2	0,0	1,3	1,3	0,0	0,3%	3,4%
EMAE - Carta de Conforto	1,0	1,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,1%	3,4%
AGER - Carta de Conforto	1,7	1,7	0,0	1,3	1,3	0,0	1,4	1,4	0,0	0,4%	3,4%
Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas	206,1	0,0	206,1	205,1	0,0	206,1	205,1	0,0	205,1	98,6%	0,0%
% dos Passivos Contingentes	77,9%	0,0%	79,1%	78,2%	0,0%	79,1%	78,2%	0,0%	79,1%		
EMAE/ENCO	193,5	0,0	193,5	191,6	0,0	191,6	191,6	0,0	191,6	51,2%	0,0%
EMAE/HIDROEQUADOR	3,2	0,0	3,2	3,2	0,0	3,2	3,2	0,0	3,2	0,9%	0,0%
ESTADO/ENCO/SONANGOL	9,4	0,0	9,4	10,3	0,0	10,3	10,3	0,0	10,3	2,7%	0,0%
G.Outras Empresas Garantidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
% dos Passivos Contingentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: Gabinete da Dívida/Direcção do Tesouro

III. CONTEXTO MACROECONÓMICO PARA OGE 2026

III.1. INTERNACIONAL

A economia mundial, no primeiro semestre, registou um crescimento moderado e desigual entre blocos económicos, reflectindo um cenário de políticas monetárias restritivas, tensões geopolíticas e guerra tarifária. Segundo o FMI (WEO, Abril 2025), o crescimento global deverá situar-se entre 2,5% e 3,1% em 2025, valor semelhante ao projectado pelo Banco Mundial (GEP, Junho 2025), que descreveu a economia mundial como “estável, mas em patamar baixo”. Para 2026, as duas instituições apontam para uma ligeira aceleração, com o FMI a projectar crescimento de 3,2% e o Banco Mundial a indicar 3,0%, reflectindo a queda da inflação e algum relaxamento monetário em economias avançadas. A OCDE (Economic Outlook, Maio 2025), contudo, sublinha que a recuperação será modesta e vulnerável a choques, situando o crescimento global também perto de 3%. Até 2030, as projecções do FMI, Banco Mundial e OCDE sugerem crescimento médio global entre 2,5% e 3,0% ao ano, com os países avançados a registar ritmos mais baixos (1,5–2%), devido ao envelhecimento populacional e à limitação de produtividade, enquanto a China e as economias emergentes manterão taxas relativamente mais elevadas, ainda que sujeitas a vulnerabilidades internas e externas, incluindo tensões comerciais e oscilações de matérias-primas.

Nos Estados Unidos, os dados do BEA e do Federal Reserve (Monetary Policy Report, Junho 2025) confirmaram crescimento irregular em 2025, com inflação ainda acima da meta, o que levou o Fed a manter taxas de juro elevadas. Para 2026, o FMI projecta crescimento de 2,1%, com a expectativa de que a inflação regresse de forma mais clara para a meta e permita ao Fed reduzir gradualmente os juros. A política fiscal deverá manter-se expansionista, sustentando a procura no curto prazo, mas aumentando riscos de sustentabilidade no médio prazo. Entre 2027 e 2030, espera-se que o crescimento dos EUA se mantenha moderado, próximo de 1,5–2% ao ano, condicionado pela desaceleração demográfica e por políticas monetárias que visam controlar a inflação sem comprometer a estabilidade financeira.

Na China, o crescimento de 2025 rondará os 5%, impulsionado por estímulos internos, mas condicionado pelo sector imobiliário e por um consumo ainda frágil, segundo o Banco Popular da China e o FMI. Para 2026, o Banco Mundial projecta desaceleração para cerca de 4,5%–4,7%, reflectindo a redução gradual dos estímulos e as dificuldades estruturais ligadas ao endividamento e ao envelhecimento populacional. Até 2030, o crescimento chinês deverá estabilizar em torno de 4% ao ano, dependendo da capacidade do país em implementar reformas estruturais, diversificar a economia e sustentar a procura interna, mantendo-se como motor relevante do crescimento global e da procura por matérias-primas.

A zona euro, principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe, manteve em 2025 uma performance débil, com crescimento de apenas 0,1% no segundo trimestre, segundo o Eurostat e o BCE (comunicado de Junho de 2025). O BCE iniciou cortes de juros no meio do ano, mas de forma prudente, dado o risco de re-aceleração da inflação. Para 2026, o FMI projecta uma recuperação ligeira, com crescimento em torno de 1,5%, apoiado por política monetária mais acomodatória e pela melhoria das condições do comércio global. A margem fiscal, no entanto, continuará limitada pela elevada dívida pública. Entre 2027 e 2030, a zona euro deverá manter

crescimento anual médio próximo de 1,5–2%, reflectindo desafios demográficos, restrições fiscais e a necessidade de estimular a produtividade.

Na África subsariana, o crescimento médio foi projectado em 3,8% para 2025, segundo o FMI (Regional Economic Outlook, Maio 2025), com forte heterogeneidade entre países. Para 2026, a previsão é de aceleração para 4,2%, beneficiando da descida das taxas de juro globais e da estabilização dos preços das matérias-primas. Em Angola, o FMI projecta crescimento de 2,4% em 2025 e 2,8% em 2026, ainda fortemente dependente da evolução do petróleo. Já em Gana, o Banco Mundial estima 4,0% em 2025 e 4,5% em 2026, reflectindo avanços na consolidação fiscal e maior dinamismo agrícola e mineiro. Até 2030, projecta-se que a região mantenha crescimento médio anual de 3,5–4%, condicionado à estabilidade dos preços das commodities, à capacidade de diversificação económica e à gestão fiscal sustentável.

A guerra tarifária, intensificada em 2025, continuará a pesar sobre o comércio em 2026, a menos que haja acordo multilateral. O Banco Mundial estima que, caso as tarifas sejam reduzidas parcialmente, o crescimento mundial em 2026 poderia ganhar até 0,2 pontos percentuais adicionais. A OCDE alerta, porém, que a persistência de políticas proteccionistas pode anular os benefícios esperados da queda das taxas de juro e comprometer a recuperação global. Entre 2027 e 2030, a dinâmica comercial e tarifária permanecerá um dos principais determinantes do crescimento global, sendo a liberalização ou a escalada das barreiras um factor decisivo para a trajectória da economia mundial.

Nos mercados de matérias-primas, a IEA (Oil Market Report, Junho 2025) projecta para 2026 preços de petróleo entre 75 e 85 dólares por barril, assumindo procura moderada e aumento da oferta. O ICCO (Cocoa Market Report, Junho 2025) aponta para preços do cacau ainda elevados em 2026, devido a constrangimentos de oferta persistentes na África Ocidental. O MPOB (Palm Oil Outlook 2025) indica que o óleo de palma poderá manter preços firmes em 2026, sustentados pela procura alimentar e energética, mas expostos a riscos climáticos. Até 2030, os preços do petróleo e das commodities agrícolas deverão manter-se voláteis, com picos ocasionais devido a choques geopolíticos, variações climáticas e mudanças na procura global, afectando fortemente economias dependentes de exportações de matérias-primas.

O quadro geopolítico continuará a moldar as perspectivas até 2030. Tensões prolongadas entre EUA e China, instabilidade no Médio Oriente e riscos em mercados emergentes manterão elevado o nível de incerteza. O FMI alerta que, mesmo com recuperação moderada em 2026 e crescimento estabilizado nos anos seguintes, os riscos permanecem inclinados para baixo: choques energéticos, crises de dívida em países emergentes e eventos climáticos extremos podem reduzir significativamente o crescimento projectado, impactando particularmente economias da África subsariana, Angola e Gana. Assim, a trajectória económica global, a evolução dos blocos económicos e o desempenho das economias africanas permanecem interligados, demonstrando como políticas monetárias, estímulos internos, guerra tarifária e factores geopolíticos determinam simultaneamente o crescimento, os fluxos de investimento e a estabilidade regional até 2030.

III.2. NACIONAL

São Tomé e Príncipe está a recuperar gradualmente de choques económicos recentes. O crescimento do PIB avançou para 1,1% em 2024 e deverá acelerar para 2,9% em 2025 e 4,7% em 2026, mantendo-se robusto a médio prazo. A inflação encontra-se numa trajectória descendente desde o pico de 25,2% em Dezembro de 2022 e deverá recuar para cerca de 5% a partir de 2027. Os desequilíbrios orçamentais e da conta corrente externa têm vindo a diminuir desde 2022, uma tendência que deverá manter-se nos próximos anos. As projecções apontam ainda para um aumento gradual das reservas internacionais. A dívida pública é considerada sustentável, embora o país continue a enfrentar desafios significativos neste domínio.

O crescimento económico está a ser impulsionado por reformas estruturais em diversos sectores. As exportações agrícolas, os investimentos em infraestruturas, o turismo e as reformas no sector energético são áreas-chave para o desenvolvimento sustentável do país, cuja dinâmica tem vindo a crescer. Espera-se que uma melhoria gradual no nível das disponibilidades externas, associada a uma forte consolidação orçamental reflectida no superavit do saldo primário interno, seja igualmente importante para sustentar a trajectória de desaceleração da inflação.

Ao impulso do sector exportador, que sustentou o crescimento do PIB em 2024, soma-se, para 2025 e 2026, um forte aumento no investimento público, com destaque para as obras de requalificação da marginal, a construção do novo aeroporto e a reparação de diversas rodovias.

O incremento das receitas de exportação, o efeito multiplicador sobre famílias e empresas decorrente da execução das obras públicas e alguma estabilização no fornecimento de energia eléctrica — ainda que se verifique, a partir de Agosto, alguma racionalização devido à suspensão parcial do fornecimento pela empresa TESLA — deverão impulsionar o consumo interno, com impacto positivo no componente comércio do PIB, que poderá crescer, em média, cerca de 10% em 2025 e 2026.

IV. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICO PARA OGE 2026

O Governo está comprometido com a implementação de reformas estruturais que visam promover melhorias sustentáveis de longo prazo na economia. Estas reformas englobam diversas áreas, mormente descarbonização do sector eléctrico, turismo, agro-transformação, pesca e infra-estruturas.

Para os anos 2025 e 2026, espera-se a retoma do crescimento económico em torno de 2,9% e 4,7% respectivamente. Estas projecções estão inseridas num contexto de incertezas que pairam sobre a actividade económica global, especialmente dos principais parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e pela instabilidade política que se verifica na África Subsaariana, onde estamos inseridos. São igualmente influenciadas pelo arranque, continuidade e conclusão de vários projectos estruturais com financiamento externo, o aumento das exportações de óleo de palma e cacau, a medida que a importação dos insumos sejam normalizadas e vai-se resolvendo os problemas estruturais do sector da agricultura e pescas.

Tabela 3: Pressupostos macroeconómicos

Indicadores	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Proj. 2025	Proj. 2026	Proj. 2027	Proj. 2028	Proj. 2029	Proj. 2030
PIB nominal (milhões de Dobras)	12 690	15 762	18 756	21 130	23 532	25 854	28 272	30 942	33 863
PIB real (taxa %)	0,2%	0,4%	1,1%	2,9%	4,7%	3,9%	3,5%	3,5%	3,5%
PIB nominal (taxa %)	15,98%	24,21%	19,0%	12,7%	11,4%	9,9%	9,4%	9,4%	9,4%
Taxa de câmbio Dbs/USD (média anual)	23,47	22,83	22,81	22,81	22,81	22,81	22,81	22,81	22,81
Taxa de câmbio Dbs/EURO (média anual)	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5
Taxa de Juro Ref.ª BCSTP (%)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Inflação (média anual em %)	25,2	17,1	11,6	7,8	6,1	5,0	5,0	5,0	5,0
Inflação (variação homóloga em %)	18,0	21,1	14,4	9,7	7,0	5,6	5,0	5,0	5,0
Saldo primário interno (% do PIB)	-6%	-1,9%	-1%	1%	2%	2%	2%		
Balança corrente em % do PIB	-14,69	-12,25	-1,90	-4,00	-3,70	-3,70	-3,40	-3,00	-3,10
Balança de capital (% PIB)	8,10	7,76	5,70	5,71	5,15	4,04	3,27		
Balança financeira (% PIB)	-19,81	-6,27	-1,40	-5,80	-4,10	-5,00	-4,80	-4,50	-4,30
Massa Monetária (variação anual)	9,9%	5,3%	0,5%	4,0%	1,2%	0,6%	0,9%	1,6%	2,1%
Activo externo líquido (variação anual)	-12,4%	15,2%	25,1%	3,1%	6,6%	28,1%	17,9%	20,4%	16,0%
Crédito a Economia (variação anual)	-16,0%	-24,2%	6,1%	4,6%	2,7%	2,1%	2,2%	1,3%	1,3%

Fonte: BCSTP/Direcção do Orçamento/UMF

Os pressupostos macroeconómicos indicam que o **PIB Nominal**: A projecção para 2026 mostra um aumento no PIB nominal para 23.532 milhões de Dobras, comparado a 21.130 milhões em 2025. **PIB Real**: A taxa de crescimento real do PIB aumenta de 2,9% em 2025 para 4,7% em 2026, indicando uma aceleração do crescimento económico. **Inflação**: A inflação média anual projecta uma queda significativa, de 7,8% em 2025 para 6,1% em 2026. A variação homóloga da inflação

também cai de 9,7% para 7,0%. **Saldo Primário Interno:** Em 2025, o saldo primário interno está previsto ser nulo (1%), mas para 2026 há uma expectativa de superavit de 1,5 % do PIB, alinhado com o objectivo de alcançar um saldo primário positivo. **Balança Corrente e Financeira:** A balança corrente como percentual do PIB melhora de -4,10% em 2025 para -5,0% em 2026, e a balança financeira também mostra uma melhora, reduzindo o défice de 1,2% para 0,6%. **Taxas de Câmbio e Juros:** A taxa de câmbio e a taxa de juros de referência permanecem constantes nos dois anos, o que sugere estabilidade nessas áreas. **Crédito à Economia:** A variação anual do crédito à economia quase dobra, subindo de 4,6% em 2025 para 2,7% em 2026, o que pode indicar uma expectativa de maior dinamismo económico e maior acesso ao crédito. Esses indicadores sugerem uma visão optimista para 2026 em diante com melhorias previstas em diversos aspectos da economia, especialmente no crescimento do PIB real e na redução da inflação.

Para 2025, prevê-se um abrandamento da inflação, com a taxa média anual projectada em 7,9%, reduzindo-se ainda mais para 6,1% em 2026. Esse cenário é sustentado por diversas medidas e factores, incluindo:

- **Consolidação Orçamental:** A limitação do acesso ao financiamento pelo banco central para despesas orçamentárias continuará a desempenhar um papel crucial na estabilização dos preços.
- **Tendências dos Preços Internacionais:** A contínua queda dos preços das matérias-primas e alimentos nos mercados internacionais contribuirá para a redução das pressões inflacionárias.
- **Política Monetária Restritiva:** A manutenção de uma política monetária restritiva ajudará a conter a inflação e estabilizar a economia.
- **Abastecimento Interno e Produção Agrícola:** A introdução de estufas para garantir a produção contínua de produtos hortícolas e a instalação de pontos de controlo nos distritos, aliados a medidas para prevenir roubos nas parcelas agrícolas, devem incentivar a produção interna, ajudando a mitigar a inflação.

No que concerne ao **sector externo**, embora o crescimento global seja moderado, espera-se que a economia portuguesa, principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe, registre um ligeiro crescimento em 2025 e 2026. Este crescimento deve impulsionar o turismo, retornando aos níveis pré-pandémicos, o que, junto ao aumento das remessas de emigrantes e à implementação de reformas no sector energético, contribuirá para uma melhoria na balança corrente.

A balança corrente como o PIB deve melhorar para -3,7% em 2026, em comparação com -4,0% em 2025 e -1,9% em 2024. Este progresso será facilitado por uma ligeira queda nos preços internacionais do petróleo e por uma recuperação gradual da economia global.

Em suma, as projecções para 2025 e 2026 indicam um cenário de recuperação económica gradual, sustentado por políticas fiscais e monetárias prudentes, reformas estruturais e uma melhoria nos termos de troca internacionais.

- **Saldo Primário:** Para 2026 projecta-se um défice do saldo primário de 1,5% do PIB. Este é um dos principais indicadores utilizados para avaliar a saúde das finanças públicas.
- **Receitas Correntes:** Estima-se que as receitas correntes domésticas, excluindo as receitas petrolíferas, atinjam 16,1% do PIB. Dentre essas:
 - **Receitas Fiscais:** Representam 13,9% do PIB, com destaque para as receitas aduaneiras (4,7% do PIB), o IVA (3,5% do PIB) e o IRS (3,2% do PIB).
 - **Receitas Não Fiscais:** Contribuem com 2,6% do PIB.
- **Despesas Primárias:** As despesas primárias deverão representar 14,6% do PIB, distribuídas da seguinte forma:
 - **Despesas com Pessoal:** 8,4% do PIB.
 - **Transferências Correntes:** 2,2% do PIB.
 - **Aquisição de Bens e Serviços:** 1,8% do PIB.
 - **Outras Despesas Correntes Diversas:** 1% do PIB.
- **Despesas de Investimento:** Prevê-se que as despesas de investimento alcancem 5,8% do PIB, sendo:
 - 4,6% do PIB financiados com recursos externos.
 - 1,3% do PIB financiados com recursos internos.

Estas projecções reflectem o compromisso com a estabilidade fiscal e o crescimento económico sustentável, alinhado com as expectativas e recomendações do FMI.

No que diz respeito às receitas domésticas, o foco será na consolidação da implementação do IVA, introduzido em Junho de 2023. Além disso, as medidas excepcionais adoptadas no Orçamento Geral do Estado de 2025 para melhorar o desempenho das receitas internas serão mantidas, assegurando uma arrecadação eficiente em 2026.

Quanto às despesas, o governo manterá medidas rigorosas para conter a massa salarial, planeado cuidadosamente a contratação de pessoal para a administração pública. Além disso, as transferências correntes e outras despesas diversas serão controladas rigorosamente, limitando seu crescimento de acordo com a expansão do PIB.

Nos últimos anos, as opções de financiamento se deterioraram, exacerbadas pela política monetária restritiva global, que elevou as taxas de juros como resposta ao aumento da inflação mundial, impulsionada pelo conflito no leste europeu. Isso resultou em maiores custos de financiamento para países como São Tomé e Príncipe, tanto nos mercados internacionais quanto no mercado doméstico.

Diante desse cenário, o país continuará a depender de ajudas externas, como doações e/ou empréstimos altamente concessionais de parceiros bilaterais e multilaterais, para garantir o apoio financeiro necessário à implementação das políticas definidas no programa do governo.

No primeiro semestre de 2025, o valor total da dívida do sector público, excluindo os passivos contingentes (dívida do governo central), foi equivalente a 54,8% do PIB, com a dívida externa

representando 37,9% e a dívida interna 16,8%. Isso mostra uma diminuição significativa em comparação com o valor observado no final de 2024, onde o total da dívida pública atingiu 104% do PIB, com a dívida externa representando 50,5% e a interna 17,9%.

Essa redução de 13,6 pontos percentuais (p.p.) na relação dívida/PIB do governo central entre 2023 e 2024 pode ser explicada pela reclassificação estatística das dívidas da Itália e da Nigéria, a partir do primeiro trimestre de 2024. Essas dívidas passaram a ser registradas como passivos contingentes (dívida externa bilateral garantida), uma vez que são dívidas externas que há muitos anos são consideradas como atrasados externos pendentes.

Além disso, o aumento nos passivos contingentes, reflectido na tabela, evidencia essa reclassificação. Em 2025, os passivos contingentes atingiram 470,8 milhões de Dobras, mantendo-se elevados até (Junho), o que reforça a estratégia de ajustar a contabilização dessas dívidas para melhorar a percepção da sustentabilidade da dívida pública.

V. PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2026

Na pré-proposta do Orçamento Geral de Estado para 2026, as despesas totais estão projectadas em 5.709 milhões de Dobras, o que corresponde a 21,7% do PIB projectado para 2026. Essas despesas serão financiadas através de receitas correntes estimadas em 3.876 milhões de Dobras, representando 16,5% do PIB, e de donativos que totalizam 1.535 milhões de Dobras, equivalentes a 6,5% do PIB. Além disso, espera-se obter 219 milhões de Dobras em financiamento externo via crédito, além de 296 milhões de Dobras em financiamento interno, dos quais 214 milhões provenientes do Tesouro e 82 milhões do programa HIPC (Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados).

Tabela 4: Pré-proposta do Orçamento Geral do Estado para 2026
(em milhões de Dobras)

Itens	Real 2023	OGE 2024	OGE 2025	Ano 2025			%PIB	PROJ. 2026
				Jan- Mar	Jan-Jun	Est. 2025		
Receitas Totais	3 379	4 363	6 507	815	1 774	5 545	30,8	5 709
Receitas Efectivas	3 433	4 035	5 795	761	1 641	4 981	27,4	5 411
Receitas correntes	2 175	2 724	3 351	639	1 239	2 995	15,9	3 876
Receitas Correntes (excl. petróleo)	2 083	2 716	3 231	624	1 221	2 909	15,3	3 798
Receitas fiscais	1 778	2 336	2 815	575	1 126	2 636	13,3	3 269
IRS	415	496	644	113	224	569	2,7	756
IRC	104	120	151	15	92	168	0,8	198
Imposto de Importação	604	826	949	251	404	979	4,6	1117
Imposto de Consumo	114	48	41	1	3	10	0,0	29
IVA	333	615	750	149	293	715	3,4	835
IEC	70	101	122	25	51	106	0,5	168
Outras	138	131	158	21	59	88	0,4	165
Receitas não fiscais	397	387	536	64	113	359	1,7	607
Receitas petrolíferas	92	8	120	15	18	86	0,4	79
Rendimento de pesca	23	39	49	0	0	49	0,2	49
Receitas de serviços	196	237	268	39	72	144	0,7	160
Financiamento por Cidadania			0	0	0	0	0,0	230
Outras	85	104	99	10	23	80	0,4	89
Donativos	1 258	1 311	2 445	122	402	1 986	9,4	1 535
apoio directo ao OGE	360	274	421	73	248	421	2,0	592
para Projecto	813	950	1 985	49	136	1 527	7,2	861
HIPC	85	87	38	0	18	38	0,2	82
Despesas Totais	3 718	4 356	6 507	779	1 788	5 545	26,2	5 709
Despesas Efectivas	3 488	4 045	5 720	740	1 618	5 205	24,6	4 755
Despesas primárias	2 230	2 709	3 010	547	1 162	2 720	12,9	3 445
Despesas de Funcionamento	2 506	2 876	3 171	694	1 508	3 201	15,2	3 379
Despesas com pessoal	1 214	1 455	1 698	320	647	1 698	8,0	1987
Bens e serviço	297	388	435	82	170	340	0,8	419
Juros da dívida	113	194	221	6	41	180	0,9	211
Transferências correntes	431	506	527	83	215	430	2,0	512
Outras	225	227	246	63	118	236	1,1	231
Exercício Findo	224	107	43	140	317	317	1,5	19
Despesas de investimento	981	1 169	2 550	46	114	2 012	9,5	1 376
Financiamento interno	61	134	103	1	15	24	0,1	296
Tesouro	40	69	65	1	12	16	0,1	214
HIPC	21	65	38	0	4	8	0,0	82
Consignada			0	0	0	0	0,0	
Financiamento externo	920	1 035	2 446	45	98	1 988	9,4	1 080
Donativo	866	950	1 985	45	43	1 527	7,2	861
Crédito	54	85	461	0	55	461	2,2	219
Despesas Financeiras	231	311	787	39	169	340	1,6	954
Saldo corrente	-647	-267	17	-211	-604	-610	-2,9	400
em % do PIB	-0,05	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
Saldo primário interno	-147	8	221	76	59	189	0,9	353
em % do PIB	- 0,8	0	1	0	0	1	0,0	1,5
Variações líquida dos atrasados	-232	0	-23	-140	-295	-295	-1,4	-18
Externo	0	0	0	0	0	0	0,0	0
Interno	-232	0	-23	-140	-295	-295	-1,4	-18
Água e Energia	-97	0	0	0	0	0	0,0	0
Comunicação	0	0	-13	-6	-9	-9	0,0	-13
Dif. de Preços de Combustível	-115	0	0	-134	-285	-285	-1,4	0
Outros atrasados	-20	0	-10	0	0	0	0,0	-5
Saldo global	-285	-320	-711	-18	-146	-564	-2,7	-298
em % do PIB	-2,03	-2,28	-5,06	-0,13	-1,04	-4,01	0,0	-2,12
Financiamento	-54	329	711	54	132	564	2,7	298
Financiamento interno Líquido	74	243	385	15	18	103	0,5	79
Crédito bancário líquido	0	0	27	0	0	0	0,0	0
NOA	74		0	15	18	36	0,2	79
FMI - ECF	0	0	0	0	0	0	0,0	0
FMI - BCSTP (DES/SDR)	0	0	0	0	0	0	0,0	0
Instrumentos Financeiros (OT- BT)	0	176	271	0	0	67	0,3	0
Financiamento externo Líquido	-128	86	-326	-39	-115	461	1	219
Desembolsos para corrente		0	0	0	0	0	0,0	0
Desembolsos para projectos	103	85	461	0	55	461	2,2	219
Amortização Programada	-231	-311	-787	-39	-169	-338	-1,6	-954
Discrepância Estatística	-339	8	-1	36	-14	0	0,0	0

Fonte: Direcção do Orçamento

O superavit orçamental global (líquido das amortizações) projectado para o ano económico de 2026 no valor de 353 milhões de dobras. Este superavit orçamental, combinado com a transferência da Conta Nacional do Petróleo (79 milhões de dobras) de acordo com o estatuído no artigo 8.º da Lei n.º 8/2004 (Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas) e os desembolsos para projectos (219 milhões de dobras) serão suficientes para cobrir a necessidade de financiamento para a amortização da dívida pública (954 milhões de dobras).

Relativamente ao saldo primário doméstico, projecta-se um défice de 1,5% do PIB para 2026. Para manter o défice acordado no âmbito do Programa de Facilidade de Crédito Alargado, espera-se a consolidação do processo de implementação do IVA e a execução de um plano estratégico de recuperação da dívida ao fisco em atraso, com foco particular nos direitos aduaneiros sobre derivados de petróleo, no imposto sobre rendimentos de pessoas singulares e colectivas, e no imposto sobre consumo. Importa notar que o valor do défice projectado para 2026 é uma perspectiva pouco conservadora das receitas domésticas, incluindo potenciais receitas adicionais de avultados financiamentos previstos para investimentos públicos que poderão dinamizar a actividade económica. O défice primário doméstico será financiado, sobretudo, com recurso ao apoio directo ao orçamento do Banco Mundial e do Banco Africano para Desenvolvimento, bem como aos recursos do Fundo HIPC.

Análise das Receitas Estimadas para 2026

Em 2026, espera-se que as receitas correntes atinjam 16,5% do PIB, representando um aumento em relação aos 15,9% do PIB projectados para 2025. A consolidação do IVA e do IEC deve continuar a impulsionar as receitas, com um aumento adicional esperado de 1 ponto percentual em relação a 2025. Considerando a implementação contínua de medidas económico-financeiras que reforçam ou complementam as existentes no programa do Governo. A previsão de receitas fiscais para 2026 é de 3.269 milhões de dobras, um incremento de 13,9% em relação à estimativa de arrecadação para 2025 eu era 13,3%. O montante de receitas correntes excluindo petróleo será de 3.798 milhões de dobras (16,1% do PIB), enquanto as receitas fiscais serão de 3.269 milhões de dobras (13,9% do PIB). As receitas não fiscais representarão 2,6% do PIB e os donativos 6,5% do PIB, reflectindo um suporte significativo para o orçamento.

O ganho que poderá vir a verificar-se em termos de cobrança das *receitas fiscais*, está associado ao pagamento regular que é esperado das sobretaxas alfandegárias sobre os derivados de petróleo bem como da amortização de parte da dívida cruzada em 2025 por parte da Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO). Adicionalmente espera-se a consolidação do processo de implementação do IVA e do IEC, bem como a continuidade do processo da cobrança dos atrasados fiscais do IRS e do Imposto sobre Consumo dos sujeitos passivos desses impostos. Paralelamente, mantém-se em vigor as demais medidas adoptadas em sede do orçamento do ano transacto, sendo de destacar a introdução de um novo escalão do IRS, a criação do imposto especial sobre o rendimento de pessoas singulares, o agravamento de direitos aduaneiros sobre os produtos nocivos à saúde, sobretudo e isenção total dos direitos aduaneiros devidos na importação dos produtos que compõe a cesta básica alimentar. Desta forma, foram previstas para esse grupo de receitas o montante de 3.269 milhões de Dobras, o

que representa um crescimento nominal de 24,0%, face a estimativa de arrecadação para 2026 a previsão da carga fiscal para é de 13,9%, e 2025, as previsões mostram 13,3% no.

Para o ano 2026, perspectiva-se o aumento da massa salarial, derivado do ajuste salarial a ter o seu início neste último trimestre do ano 2025, e também com a implementação das promoções dos integrantes das carreiras Docentes, militares, paramilitares, associado a consolidação na implementação das medidas relacionadas com o imposto sobre rendimento de pessoas singulares (IRS), que foram adoptadas em sede do orçamento do ano 2025, mais concretamente, o novo escalação do IRS e a criação do IERS associado a cobrança dos atrasados devidos pelos sujeitos passivos deste imposto. A combinação desses factores levará a um maior aumento das receitas derivadas do IRS, onde se espera um crescimento nominal de 2,7% comparativamente ao que se estima arrecadar em 2026. Para o efeito, o valor da arrecadação prevista desta receita ascende ao montante de 756 milhões de Dobras, o que representa 23,1% das receitas fiscais e 3,2% do PIB nominal estimado para o ano 2026.

Relativamente ao IRC, uma vez feita a cobrança de parte dos atrasados em 2024 e 2025, decorrente da aplicação do Decreto-lei n.º 16/2022 de 21 de Junho, que aprovou uma medida de carácter excepcional que incentiva o pagamento do imposto em atraso por parte dos cidadãos e empresas associado ao ritmo da actividade económica projectada para o presente ano económico, é esperado que a taxa de cobrança dos lucros tributáveis se mantenha em 0,84% do PIB em 2025. Desta forma, foi estimado para este imposto o montante de 155 milhões de Dobras, o que corresponde a um crescimento de 24,3%, face a estimativa de arrecadação para 2025.

É esperado um aumento das receitas derivadas dos *impostos sobre importação* de 14,1% face ao que se espera arrecadar em 2025. Esse crescimento levou em consideração a continuidade da implementação das medidas que visam o aumento das receitas aduaneiras, sendo de realçar (i) o agravamento dos direitos aduaneiros dos produtos considerados nocivos à saúde; (ii) o aumento das taxas aduaneiras sobre a importação de viaturas novas; (iii) o agravamento da sobretaxa na importação dos electrodomésticos usados para comercialização; (iv) a recuperação dos atrasados dos direitos aduaneiros sobre a importação dos derivados de petróleo devidos pela Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO). Tais medidas serão mais do que suficientes para compensar o impacto da medida relativa a isenção da totalidade dos direitos aduaneiros devidos na importação dos produtos que compõem a cesta básica alimentar. No cômputo deste imposto, prevê-se que no ano 2026, a sua arrecadação ascenda a 1.117 milhões de Dobras, o que corresponde a 4,7% do PIB nominal estimado para o ano e 34,1% das receitas fiscais.

Para o do *imposto sobre consumo* foi projectado uma arrecadação de 29 milhões de Dobras, 0,1% PIB, IVA 835 milhões de Dobras, 3,5% PIB, IEC 168 milhões de Dobras, 0,7% PIB e Outros impostos sobre consumo (165 milhões de Dobras, 0,7% PIB). O valor estimado corresponde a uma variação homóloga positiva de 182%, 16,8%, 58,5% e 87,8%. Esta projecção tem como premissa, por um lado, a consolidação do processo da implementação do IVA e do IEC, em que se espera gerar uma receita adicional correspondente a 10% do seu potencial de arrecadação e, por outro, o aumento do nível das importações, uma vez que uma parte considerável do IVA e do IEC é cobrado na importação. Adicionalmente, serão adoptadas medidas fiscais para a cobrança dos atrasados do imposto de consumo devidos à administração tributária.

Para o grupo de *outras receitas fiscais*, que englobam essencialmente o imposto sobre património, o imposto de selo e taxas foram estimados o montante de 165 milhões de Dobras, o que corresponde a mais 87,9% o que se espera arrecadar no mesmo período do ano 2025, e representa respectivamente 0,7% do PIB estimado para o ano e 5,0% das receitas fiscais. O nível de receitas projectado tem como pressuposto uma considerável redução na arrecadação do imposto de selo, tendo em conta que o modelo deste imposto foi alterado com a entrada em vigor do IVA, passando a vigorar um novo imposto de selo, comportando novas figuras de tributação com o objectivo de complementar aquilo que é o novo figurino da tributação indirecta. Entretanto, espera-se que essa diminuição seja mitigada com uma maior recolha do imposto sobre património e das taxas, uma vez que, esta última, incorpora, sobretudo, as custas e emolumentos aduaneiros, onde se prevê uma maior arrecadação, em função dos pressupostos subjacentes na projecção dos impostos de importação.

Prevê-se que as receitas não fiscais aumentem em 2,6% em 2026 face a estimativa de execução esperada para 607 milhões, em função sobretudo i) O aumento dos lucros do BISTP e da CST resulta do reforço das suas capacidades produtivas, sustentado pelo investimento nas infraestruturas de prestação de serviços; (ii) maior recuperação das receitas de serviços, decorrentes da consolidação das medidas fiscais adoptadas, relativas a canalização de todas as receitas da Administração Central do Estado, a excepção das empresas públicas não financeiras, para a Conta Única do Tesouro de forma a reforçar a arrecadação de receitas, melhorar a gestão de tesouraria e a consolidação do saldo orçamental da Conta Única do Tesouro; e, (iii) a obrigatoriedade de todas as entidades públicas prestadoras de serviços e abrangidas pelo Decreto n.º 16/2021, de instalar e disponibilizar Ponto de Venda (*POS – Point of Sale*, na sigla inglesa) da rede Dobra 24 a todos os clientes do sistema financeiro, até 15 de Março de 2023;

V.1.1. Análise das Despesas Fixadas para 2026

Tendo em conta o limite das despesas de funcionamento (3.379 milhões de Dobras), despesas de investimentos públicos (1.376 milhões de Dobras) e despesas financeiras (954 milhões de Dobras) apresentadas na presente pré-proposta do orçamento para o exercício económico de 2026, as *despesas totais* foram fixadas em 5.709 milhões de Dobras (24,3% do PIB nominal estimado para o ano e que corresponde a uma variação homóloga positiva de 3%, face a execução esperada para 2025).

De acordo com as informações que constam da Tabela 5, que apresentam as *despesas totais por classificação orgânica*, observa-se que mais de metade das despesas (61,6%) estão concentradas no Ministério da Educação e Ensino Superior (6,5%), seguido de Encargos Gerais do Estado (30,7%), Ministério da Saúde (8,4%), Trabalho e Assuntos Sociais (0,4%), Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais (13,1%) e Ministério da Defesa e Ordem Interna (2,5%).

Tabela 5: Despesas Totais por Classificação Orgânica
(em milhões de Dobras)

ÓRGÃOS	Execução 2022	Execução 2023	OGE 2024	OGE 2025	Pré-Orçamento 2026				
					Funciona- mento	PIP	Despesa Financeira	Total	% Estr.
01.0.00-AN	75 055,0	88 327,8	92 235,0	102 002,0	95 000	3 500,0	0,0	98 500,0	1,7
02.0.00-TC	25 849,0	18 408,7	28 000,0	29 000,0	24 000	10 000,0	0,0	34 000,0	0,6
03.0.00-TCT	14 902,0	8 130,5	11 000,0	12 167,0	10 000	1 000,0	0,0	11 000,0	0,2
10.0.00-TJ	32 084,0	49 809,8	47 800,0	55 000,0	50 000	5 000,0	0,0	55 000,0	1,0
20.0.00-PR	16 341,0	13 427,5	16 547,0	18 000,0	14 929	1 618,0	0,0	16 547,0	0,3
21.0.00-GPM	53 562,0	114 591,3	82 077,0	95 427,0	61 078	11 350,0	0,0	72 428,0	1,3
22.0.00-PGR	16 884,0	17 878,7	28 871,0	36 460,0	43 290	1 300,0	0,0	44 590,0	0,8
23.0.00-MDAI	314 321,0	271 800,0	332 416,0	394 205,0	388 129	11 742,0	0,0	399 871,0	7,0
24.0.00-MNECC	63 140,0	50 783,6	129 372,0	148 984,0	104 989	8 000,0	0,0	112 989,0	2,0
25.0.00-MJAPDM	128 172,0	46 599,0	93 489,0	161 118,0	74 773	23 220,0	0,0	97 993,0	1,7
26.0.00-MTSS	207 288,0	0,0	31 969,0	99 243,0	23 450	71 220,0	0,0	94 670,0	1,7
27.0.00-MEF	338 734,0	161 267,0	316 823,0	436 045,0	229 544	141 071,0	0,0	370 615,0	6,5
29.0.00-MECCES	655 968,0	576 620,0	800 279,0	926 442,0	777 743	134 369,0	0,0	912 112,0	16,0
32.0.00-MIRNMA	568 877,0	114 346,0	475 890,0	1 051 598,0	40 709	394 077,0	0,0	434 786,0	7,6
33.0.00-MS	438 027,0	332 832,0	482 996,0	689 564,0	563 875	326 502,0	0,0	890 377,0	15,6
35.0.00-MADRP	78 919,0	23 968,0	101 085,0	368 216,0	30 451	62 460,0	0,0	92 911,0	1,6
39.0.00-MA	0,0	0,0	20 468,0	201 282,0	25 763	61 380,0	0,0	87 143,0	1,5
70.0.00-GRP	109 954,0	109 651,0	128 425,0	144 075,0	107 169	21 256,0	0,0	128 425,0	2,2
71.0.00-CDAG	20 384,0	27 427,0	46 301,0	48 201,0	35 517	10 784,0	0,0	46 301,0	0,8
72.0.00-CDCG	8 185,0	9 940,9	20 994,0	22 883,0	15 994	5 000,0	0,0	20 994,0	0,4
73.0.00-CDC	7 306,0	9 340,7	12 753,0	14 512,0	9 753	5 000,0	0,0	14 753,0	0,3
74.0.00-CDLMB	10 318,0	8 804,0	17 818,0	14 764,0	11 318	6 500,0	0,0	17 818,0	0,3
75.0.00-CDLOBT	12 165,0	17 831,5	38 363,0	31 683,0	21 000	10 000,0	0,0	31 000,0	0,5
76.0.00-CDMZ	10 950,0	14 623,7	27 966,0	32 168,0	19 966	7 887,0	0,0	27 853,0	0,5
91.0.00-EGE	713 865,0	639 632,5	908 577,0	1 373 960,0	1 447 394	29 271,0	311,0	1 476 976,0	25,9
Total Geral	3 938 191,0	2 740 896,0	4 363 000,0	6 506 999,0	4 332 374,0	1 376 324,8	311,0	5 709 009,8	100,0

Fonte: Direcção do Orçamento

Importa referir que ao nível do Ministério da Educação e Ensino Superior 6,5% das despesas totais alocadas para este órgão referem-se às despesas de funcionamento. De igual forma, ao nível do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais e do Ministério da Defesa e Ordem Interna respectivamente.

Ao procedermos a análise das *despesas totais por classificação funcional*, conforme apresentado na Tabela 6, observa-se que das despesas totais estão concentradas nas funções Serviços Públicos Gerais (25,2%), Educação (15,3%), Saúde (11,5%), Encargos Financeiros (19,1%) e Defesa Nacional (4,9%). Importa referir que ao nível da função Serviços Públicos Gerais cerca de 78,9% dessas despesas referem-se as despesas de funcionamento, das quais 11,2% referem-se as despesas não salariais.

Tabela 6: Despesas Totais por Classificação Funcional
(em milhões de Dobras)

Função	Execução 2023	Execução 2024	OGE 2025	Orçamento 2026				
				Funciona- mento	PIP	Despesas Financeira	Total	Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 259 693	1 719 859	1 504 686	2 286 344	244 378	0	2 530 722	44%
Defesa Nacional	307 862	310 523	374 426	374 348	10 342	0	384 690	7%
Segurança Interna e Ordem Pública	15 146	24 318	33 112	23 458	8 900	0	32 358	1%
Educação	663 856	671 365	918 560	104 224	132 278	0	236 503	4%
Saúde	363 570	583 798	679 851	56 010	320 796	0	376 806	7%
Segurança e Assistência Social	65 919	84 468	158 239	28 865	70 734	0	99 599	2%
Habituação e Serviços Comunitários	22 998	111 975	427 140	3 814	115 000	0	118 814	2%
Cultura e Desporto	11 893	15 096	22 646	2 753	14 280	0	17 033	0%
Combustíveis e Energia	148 237	374 872	143 400	5 245	48 000	0	53 245	1%
Agricultura e Pesca	66 437	89 073	362 555	6 309	62 260	0	68 569	1%
Indústria e Mineração	193 461	57	379	219	0	0	219	0%
Transportes e Comunicações	9 674	93 153	411 737	8 973	231 778	0	240 750	4%
Comércio e Serviços	3 979	6 767	15 609	6 036	21 680	0	27 716	0%
Trabalho	114 507	2 431	5 830	3 150	1 600	0	4 750	0%
Ambiente	-	53 838	226 220	15 447	49 000	0	64 447	1%
Comércio e Serviços		0	1 500	0	0	0	0	0%
Encargos Financeiros	422 118	633 847	1 221 110	454 433	44 284	954 065	1 452 782	25%
Total Geral	3 669 349	4 775 440	6 507 000	3 379 625	1 375 310	954 065	5 709 000	100%

Fonte: Direcção do Orçamento

Quanto a análise das *despesas totais por localização geográfica*, conforme apresentada na Tabela 7, observa-se que 80,5% das despesas totais são de âmbito nacional, o que demonstra a transversalidade das acções governativas, seguido do Príncipe (3,8%), Água Grande (3,4%), Mé-Zóchi (2,0%), Lembá (0,7%) Caué (0,5%) e Lobata (1,6%). De notar que do total das despesas de carácter nacional, 66,8% referem-se as despesas de funcionamento, das quais 33,2% são despesas salariais da administração directa do Estado.

Tabela 7: Despesas Totais por Localização Geográfica
(em milhões de Dobras)

Localização	Exec. 2023	Exec. 2024	OGE 2025	Orçamento 2026				
				Funciona- mento	PIP	Despesas Financeira	Total	Estr.
Nacional	3 277 948	4 362 807	5 383 681	3 137 375	978 728	954 065	5 070 168	89%
São Tomé	113 152	137 937	75 763	2 008	6 500		8 508	0%
Príncipe	110 182	124 253	233 459	114 307	35 211		149 518	3%
Água Grande	63 870	64 271	454 752	36 705	162 334		199 039	3%
Mé-Zóchi	16 924	35 859	53 455	21 249	28 753		50 002	1%
Cantagalo	45 877	25 494	46 600	17 081	16 000		33 081	1%
Lembá	13 099	12 077	130 798	12 465	75 783		88 248	2%
Lobata	18 772	2 621	51 525	29 413	32 200		61 613	1%
Caué	9 524	10 121	76 965	9 023	39 800		48 823	1%
Total Geral	3 669 349	4 775 440	6 507 000	3 379 625	1 375 310	954 065	5 709 000	100%

Fonte: Direcção do Orçamento

Despesas de Funcionamento (Actividades)

Para o ano 2026 as *despesas correntes de funcionamento* foram fixadas em 3.379 milhões de Dobras, o que corresponde a 14,4% do PIB e das Despesas Totais estimadas para o ano são 5.709 milhões correspondendo a 24,3% PIB. Tal montante, comparativamente ao que se espera ser executada até o final de Dezembro do ano 2025 equivale a um aumento de 3%, em função do aumento de todas as suas componentes, com excepção das despesas com juros da dívida pública (0,9%) e das Despesas correntes de exercícios findos (0,1%).

A *despesa com pessoal* terá um crescimento de 8,4% PIB, tendo-se fixado em 1.987 milhões de Dobras, sustentado sobretudo pelo criação de espaço fiscal para efectivação da actualização da grelha salarial, bem como para suprimir a necessidade da contratação de novos quadros. O montante fixado que representa 8,4% do PIB nominal e corresponde igualmente a 60,8% das receitas fiscais estimadas para o ano 2026 e aproximadamente 58,8% das despesas de funcionamento, demonstrando o seu peso dentro das despesas de funcionamento da Administração Central do Estado

Os esforços que vêm sendo feitos nos últimos anos para eliminar a dívida cruzada têm permitido um maior controlo dos compromissos da maior rubrica de *despesas com aquisição de bens e serviços* - água e energia. As despesas com os compromissos de água e energia estão a ser saneadas uma vez que se entendeu pagar estas despesas com os adiantamentos do montante que o Estado faz a EMAE para pagamento de combustível. Para tal, fixou-se para este agregado de despesas (bens e serviços) o montante de 419 milhões de Dobras, o qual representa 12,4% das despesas de funcionamento que corresponde a um aumento de 23,2% face ao que se prevê executar em 2025. A variação homóloga positiva observada é justificada essencialmente pelo facto de ter-se ajustado as dotações de água e energia, em resultado sobretudo de um controlo mais adequado dos compromissos com água e energia tendo em conta a implementação do programa de substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas *led* nos edifícios da administração pública, o que contribuirá para a redução do consumo e consequentemente da facturação.

As *transferências correntes* irão aumentar em 2026 face a estimativa de execução expectável para 2025, tendo sido fixadas para o ano de 2026 512 milhões de Dobras, o que corresponde a um crescimento de 19,1%, quando comparado com o que se espera executar em 2025, representando 15,2% das despesas de funcionamento fixadas para o período. O nível das despesas fixado está em função dos compromissos assumidos pelo Governo em pagar grande parte das bolsas de estudo e também devido a uma maior transferência para pagamento de salário da Região Autónoma do Príncipe, para o funcionamento das Câmaras Distritais e Serviços e Fundos Autónomos, bem como a inclusão, a partir deste ano, de dotação orçamental a ser transferida para o Instituto Nacional de Segurança Social para comparticipação das pensões administrativas. Desta forma, e apesar desses compromissos, é esperado para 2026 que as transferências correntes se mantenham em 2,2% do PIB.

O aumento esperado da massa salarial, das despesas com bens e serviços e das transferências correntes em 2026, faz com que os compromissos a serem assumidos dentro das *outras despesas correntes* mantenham-se em torno de 1,2% do PIB, de forma a manter-se o défice primário a volta dos 1,0% do PIB. Para o efeito, as mesmas foram fixadas em 268 milhões de Dobras, o que representa um aumento de 17,9% face ao que se prevê executar em 2024, correspondendo a

6,8% das despesas correntes de funcionamento fixadas na presente pré-proposta do orçamento. De realçar que a maior componente deste grupo de despesas continua a ser as despesas consignadas aos recursos dos sectores que as arrecadam.

Tendo em conta e expectativa em torno da regularização dos atrasados consentânea com os esforços que vêm sendo feitos nos últimos anos para eliminar a dívida cruzada com aquisição de serviços de água e energia, associado a continuidade da implementação do plano de redução dos atrasados dos serviços de comunicação e do diferencial de preços de combustível com a Companhia São-tomense de Telecomunicações e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos respectivamente, espera-se uma diminuição das *despesas correntes de exercícios findos* de 2,1% do PIB em 2026. Desta forma, na presente proposta do pré-orçamento as despesas correntes dos exercícios findos foram fixadas em 231 milhões de Dobras, o que corresponde a 0,6% das despesas correntes de funcionamento e representa uma diminuição de 2,1% relativamente ao que se prevê executar em 2025.

Para 2026, o *programa de investimentos públicos* é fixado em 1.376 milhões de Dobras, o que corresponde a 5,8% do PIB nominal estimado para o ano e menos 31,6% do que se espera executar no ano 2025. Este nível de despesa corresponde a 24,1% do total das despesas alocadas na presente pré-proposta do orçamento para o ano económico de 2026. Importa frisar que, à semelhança dos anos anteriores, o crescimento observado é, em parte, justificado pelo facto do valor referente a estimativa de execução do ano 2025, reflectir a não disponibilização oportuna das informações da execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento.

Tabela 8: Despesas de Investimentos Públicos por Fonte de Recursos
(em milhões de Dobras)

Fonte de Recursos	Exec 2024	OGE 2025	OGE 2026	% Estr
Financiamento Interno	49 878	103 441	296 263	22%
Tesouro	22 589	64 957	208 453	70%
HIPC	27 249	38 484	81 598	28%
Consignados	40		6 213	3%
Financiamento Externo	1 556 047	2 446 273	1 079 046	78%
Donativo	1 436 454	1 985 101	861 175	80%
Empréstimo	119 594	461 172	217 871	20%
Total Geral	1 605 925	2 549 714	1 375 310	100%

Fonte: Direcção do Orçamento

Conforme a Tabela 8, referente à evolução das despesas do programa de investimentos públicos por fontes de recurso, constata-se que em 2026, 91,9% das despesas de investimentos serão asseguradas pelo financiamento externo. Estes recursos totalizam 1.226 milhões de Dobras, mantendo uma participação elevada comparada a anos anteriores. Importa salientar que, dentre os recursos provenientes do financiamento interno, que totalizam 107 milhões de Dobras e correspondem a 8% do total de despesas de investimentos, destaca-se a contribuição de 53,3% do Tesouro e 46,7% da iniciativa HIPC, com um montante de 50 milhões de Dobras alocado para

áreas sociais como educação, saúde e protecção social. Este cenário reflecte um padrão de dependência significativa do financiamento externo, enquanto o Tesouro e a HIPC mostram uma diminuição em relação aos anos anteriores. A ausência de consignados em 2025 e a leve redução nos empréstimos indicam um ajuste nas fontes de financiamento para o próximo ano.

Observando a Tabela 8, referente à evolução das despesas de investimentos públicos por fontes de recursos, verifica-se que em 2025, 91,9% das despesas de investimentos serão asseguradas por recursos externos, totalizando 1.226 milhões de Dobras. Este valor reflecte um aumento significativo em relação ao ano de 2024, onde 87,5% das despesas de investimentos eram suportadas por recursos externos. O crescimento em relação a 2026 é notável, com um aumento de 2,9%.

Destaca-se que os donativos representam 78,7% do total de despesas de investimentos em 2026, totalizando 1.054 milhões de Dobras. Esse valor representa um crescimento de 11,1% comparado aos 948 milhões de Dobras alocados para 2024, embora o percentual de participação tenha diminuído de 82% para 78,7%.

Os empréstimos em 2026 aumentaram consideravelmente para 172 milhões de Dobras, representando 12,9% das despesas de investimentos. Em contraste, em 2025, os empréstimos representavam apenas 5,5% do total, com um valor de 63 milhões de Dobras. Este aumento reflecte um ajuste significativo na alocação de recursos de empréstimos para o período de 2026. Além disso, o financiamento interno, tesouro e HIPC têm uma participação reduzida no total geral das despesas de investimentos, com um percentual de 8% para o financiamento interno, 4,3% para o tesouro e 3,8% para HIPC.

Para o ano de 2026, as despesas financeiras relacionadas à amortização do capital da dívida pública estão programadas para um montante estimado de aproximadamente 231,5 milhões de Dobras. Este valor reflecte uma variação homóloga que pode ser semelhante à observada para 2025, dependendo da política fiscal e da gestão da dívida. Se mantida uma variação negativa de 2,5%, o montante para 2026 é ligeiramente inferior ao valor de 2025. Esse ajuste pode indicar um esforço contínuo para reduzir a carga da dívida pública ou melhorar as condições de financiamento. Estas despesas representam cerca de 6% das despesas totais programadas para 2026, reflectindo a importância significativa das obrigações de dívida no orçamento do governo. Este percentual é indicativo da prioridade dada à amortização da dívida em relação a outras áreas de despesa. Além disso, a amortização da dívida pública representa aproximadamente 1,5% do PIB estimado para 2026. Este valor ajuda a entender o impacto da dívida em relação ao tamanho da economia e a capacidade do governo de sustentar suas obrigações sem comprometer outras áreas do orçamento.

Tabela 9: Serviço da Dívida Pública Externa para 2025, por Credores
(em milhões de Dobras)

Tabela 9: Serviço da Dívida Pública Externa para 2025, por Credores

Credores Externos	Total		Fundo HIPC		À Transferir	
	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros
ANGOLA	66 086	16 026	0	0	66 086	16 026
BADEA	4 718	1 416	0	0	4 718	1 416
BAD/FAD	83 810	14 375	66 036	6 762	17 774	7 614
BEI	0	3 609	0	0	0	3 609
BELGICA	1 205	0	0	0	1 205	0
FIDA	13 285	2 173	4 643	622	8 642	1 551
FMI	65 348	27 211	0	0	65 348	27 211
GUINÉ EQUATORIAL	0	0	0	0	0	0
IDA	17 063	2 631	7 888	997	9 175	1 634
OPEP	7 401	1 464	0	0	7 401	1 464
PORTUGAL	57 675	18 142	0	0	57 675	18 142
AFREXIMBANK	47 790	31 111	0	0	47 790	31 111
Total	364 381	118 158	78 567	8 380	285 814	109 778
	482 539		86 947		395 592	

Fonte: Gabinete da Dívida/Direcção do Tesouro

Para o ano económico de 2026, o serviço da dívida pública externa é previsto em 482.539 milhões de Dobras, abrangendo tanto o capital quanto os juros. Deste total:

- Amortização do Capital: 364.381 milhões de Dobras, representando aproximadamente 75,5% do serviço total da dívida pública externa.
- Juros: 118.158 milhões de Dobras, correspondendo a cerca de 24,5% do total.

Distribuição por Credores:

- BAD/FAD é o maior credor em termos de capital, com 83.810 milhões de Dobras, representando 23,0% do total de capital. Os juros pagos a este credor totalizam 14.375 milhões de Dobras, ou 12,2% do total de juros.
- FMI segue como um dos principais credores, com 65.348 milhões de Dobras em capital (17,9%) e 27.211 milhões de Dobras em juros (23,0%).
- PORTUGAL contribui com 57.675 milhões de Dobras em capital (15,8%) e 18.142 milhões de Dobras em juros (15,4%).

- ANGOLA tem um montante de 66.086 milhões de Dobras em capital (18,1%) e 16.026 milhões de Dobras em juros (13,6%).

Importa salientar que, em 2025, 87 milhões de Dobras provenientes do Fundo HIPC serão classificados como donativos em termos orçamentais, destinados ao financiamento de despesas sociais, como educação, saúde e proteção social. Este valor representa uma importante poupança e alívio financeiro para as despesas sociais.

VI. PROGRAMA FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2024-2028

Tabela 10: Quadro de Despesas Orçamentais de Médio-Prazo
(em milhões de Dobras)

Itens	OGE 2024	OGE 2025	Ano 2025			PROJ. 2026	%PIB	PROJ. 2027	PROJ. 2028	% PIB 2025	% PIB 2026	% PIB 2027	% PIB 2028
			Jan- Mar	Jan-Jun	Est. 2025								
Receitas Totais	4 363	6 507	815	1 774	5 545	5 709	21,7	6 112	6 475	30,8	24,3	23,6	22,9
Receitas Efectivas	4 035	5 795	761	1 641	4 981	5 411	23,0	5 780	6 066	27,4	23,0	22,4	21,5
Receitas correntes	2 724	3 351	639	1 239	2 995	3 876	16,5	4 102	4 377	15,9	16,5	15,9	15,5
Receitas Correntes (excl. petróleo)	2 716	3 231	624	1 221	2 909	3 798	16,1	4 023	4 299	15,3	16,1	15,6	15,2
Receitas fiscais	2 336	2 815	575	1 126	2 636	3 269	13,9	3 450	3 681	13,3	13,9	13,3	13,0
IRS	496	644	113	224	569	756	3,2	831	908	3,0	3,2	3,2	3,2
IRC	120	151	15	92	168	198	0,8	217	238	0,7	0,8	0,8	0,8
Imposto de Importação	826	949	251	404	979	1117	4,7	1128	1203	4,5	4,7	4,4	4,3
Imposto de Consumo	48	41	1	3	10	29	0,1	10	0	0,2	0,1	0,0	0,0
IVA	615	750	149	293	715	835	3,5	898	932	3,6	3,5	3,5	3,3
IEC	101	122	25	51	106	168	0,7	185	202	0,6	0,7	0,7	0,7
Outras	131	158	21	59	88	165	0,7	181	198	0,7	0,7	0,7	0,7
Receitas não fiscais	387	536	64	113	359	607	2,6	652	696	2,5	2,6	2,5	2,5
Receitas petrolíferas	8	120	15	18	86	79	0,3	79	79	0,6	0,3	0,3	0,3
Rendimento de pesca	39	49	0	0	49	49	0,2	49	49	0,2	0,2	0,2	0,2
Receitas de serviços	237	268	39	72	144	160	0,7	175	188	1,3	0,7	0,7	0,7
Financiamento por Cidadania		0	0	0	0	230	1,0	253	276				
Outras	104	99	10	23	80	89	0,4	97	104	0,5	0,4	0,4	0,4
Donativos	1 311	2 445	122	402	1 986	1 535	6,5	1 679	1 688	11,6	6,5	6,5	6,0
apoio directo ao OGE	274	421	73	248	421	592	2,5	647	648	2,0	2,5	2,5	2,3
para Projecto	950	1 985	49	136	1 527	861	3,7	942	942	9,4	3,7	3,6	3,3
HIPC	87	38	0	18	38	82	0,3	90	98	0,2	0,3	0,3	0,3
Despesas Totais	4 356	6 507	779	1 788	5 545	5 709	24,3	6 111	6 475	30,8	24,3	23,6	22,9
Despesas Efectivas	4 045	5 720	740	1 618	5 205	4 755	20,2	5 063	5 329	27,1	20,2	19,6	18,8
Despesas primárias	2 709	3 010	547	1 162	2 720	3 445	14,6	3 402	3 556	14,2	14,6	13,2	12,6
Despesas de Funcionamento	2 876	3 171	694	1 508	3 201	3 379	14,4	3 505	3 647	15,0	14,4	13,6	12,9
Despesas com pessoal	1 455	1 698	320	647	1 698	1987	8,4	1987	1987	8,0	8,4	7,7	7,0
Bens e serviço	388	435	82	170	340	419	1,8	460	503	1,6	1,8	1,8	1,8
Juros da dívida	194	221	6	41	180	211	0,9	232	254	0,9	0,9	0,9	0,9
Transferências correntes	506	527	83	215	430	512	2,2	563	615	2,0	2,2	2,2	2,2
Outras	227	246	63	118	236	231	1,0	243	266	1,1	1,0	0,9	0,9
Exercício Findo	107	43	140	317	317	19	0,1	21	23	1,5	0,1	0,1	0,1
Despesas de investimento	1 169	2 550	46	114	2 012	1 376	5,8	1 558	1 681	12,1	5,8	6,0	5,9
Financiamento interno	134	103	1	15	24	296	1,3	149	185	0,5	1,3	0,6	0,7
Tesouro	69	65	1	12	16	214	0,9	108	144	0,3	0,9	0,4	0,5
HIPC	65	38	0	4	8	82	0,3	41	41	0,2	0,3	0,2	0,1
Consignada			0	0	0								
Financiamento externo	1 035	2 446	45	98	1 988	1 080	4,6	1 409	1 496	11,6	4,6	5,4	5,3
Donativo	950	1 985	45	43	1 527	861	3,7	942	942	9,4	3,7	3,6	3,3
Crédito	85	461	0	55	461	219	0,9	467	554	2,2	0,9	1,8	2,0
Despesas Financeiras	311	787	39	169	340	954	4	1 049	1 147	3,7	4,1	4,1	4,1
Saldo corrente	-267	17	-211	-604	-610	400	2	497	628	0,1	1,7	1,9	2,2
em % do PIB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	1,9	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno	8	221	76	59	189	353	1,5	621	743	1,0	1,5	2,4	2,6
em % do PIB	0	1	0	0	1	1,5	0,0	2,4	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Variações líquida dos atrasados	0	-23	-140	-295	-295	-18	-0,1	-18	-18	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Externo	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interno	0	-23	-140	-295	-295	-18	-0,1	-18	-18	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Água e Energia	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comunicação	0	-13	-6	-9	-9	-13	-0,1	-13	-13	-0,1	-0,1	0,0	0,0
Dif. de Preços de Combustível	0	0	-134	-285	-285	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros atrasados	0	-10	0	0	0	-5	0,0	-5	-5	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-320	-711	-18	-146	-564	-298	-1,3	-331	-410	-3,4	-1,3	-1,3	-1,4
em % do PIB	-2,28	-5,06	-0,13	-1,04	-4,01	-2,12	0,0	-2,35	-2,91	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento	329	711	54	132	564	298	1,3	331	409	3,4	1,3	1,3	1,4
Financiamento interno Líquido	243	385	15	18	103	79	0,3	91	146	1,8	0,3	0,4	0,5
Crédito bancário líquido	0	27	0	0	0	0	0,0	0	0	0,1	0,0	0,0	0,0
NOA	0	0	15	18	36	79	0,3	91	146	0,0	0,3	0,4	0,5
FMI - ECF	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
FMI - BCSTP (DES/SDR)	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instrumentos Financeiros (OT- BT)	176	271	0	0	67	0	0,0	0	0	1,3	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo Líquido	86	-326	-39	-115	461	219	0,9	241	263	-1,5	0,9	0,9	0,9
Desembolsos para corrente	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Desembolsos para projectos	85	461	0	55	461	219	0,9	241	263	2,2	0,9	0,9	0,9
Amortização Programada	-311	-787	-39	-169	-338	-954	-4,1	-1049	-1147	-3,7	-4,1	-4,1	-4,1
Discrepância Estatística	8	-1	36	-14	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0

VII. OS RISCOS ORÇAMENTAIS E JUSTIFICAÇÕES DAS MEDIDAS DE POLÍTICAS PREVISTAS PARA 2025-2029

Os riscos orçamentais são uma realidade incontornável no processo de gestão dos orçamentos. A sua identificação, análise e gestão eficaz são fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira e o cumprimento dos objectivos definidos. Preparar-se para o inesperado, adoptando uma cultura de prevenção e resiliência, é o caminho para minimizar impactos negativos e transformar riscos em oportunidades de melhoria contínua.

Os riscos orçamentais podem ser classificados em várias categorias, dependendo da sua origem e impacto, entre os quais, destacamos os seguintes:

1. Riscos macroeconómicos - que decorrem de alterações cíclicas ou estruturais da economia, afectam directamente as previsões de receitas públicas e, potencialmente, influenciam indirectamente as previsões de despesas. Os riscos em relação às variáveis macroeconómicas incluem especialmente o crescimento, a demografia, os preços dos recursos naturais, bem como o sector financeiro, que podem, no entanto, ser identificados separadamente de outros riscos macroeconómicos.

Variações imprevistas na economia, como recessão, inflação, mudanças nas taxas de juro, desemprego ou desaceleração do crescimento económico, podem afectar significativamente as receitas e despesas previstas no orçamento. Por exemplo, uma recessão pode reduzir receitas fiscais de um governo ou as vendas de uma empresa, enquanto a inflação inesperada pode aumentar custos operacionais.

O objectivo macroeconómico do Governo, é alcançar a estabilidade fiscal, monetária e financeira, que conduzam a médio e longo prazo, ao crescimento económico, à criação do emprego e à consequente redução da pobreza. Para o efeito, há necessidade de se estabelecer programas fiscais trienais e traduzidos em OGE anuais. O programa fiscal de médio prazo inclui/ (deve incluir) metas, indicadores e medidas fiscais para manter o saldo primário e global em linha com os objectivos de sustentabilidade da dívida, da manutenção do acordo de paridade cambial e da estabilidade de preços no médio prazo.

Esse instrumento faz parte das reformas estruturais com o objectivo de reforçar a Gestão das Finanças Públicas, bem como servir de apoio à política monetária.

Conhecendo os canais de transmissão das medidas de política fiscal de médio prazo, mais facilmente o sector monetário consegue prever os impactos e implementar políticas de estabilização de forma mais eficiente. A eficácia das políticas de estabilização num regime de câmbios fixos vai depender da combinação adequada das políticas monetárias e fiscais, orientadas para alcançar objectivos de estabilização de preços, do equilíbrio macroeconómico e do crescimento sustentado.

Neste sentido, reformas que aumentam a credibilidade e a transparência orçamental são importantes para passar a confiança aos parceiros oficiais de desenvolvimento e facilitar o engajamento e o desembolso de donativos e empréstimos concessionais para o financiamento de um crescimento económico sustentável e inclusivo. Por outro lado, o programa fiscal de médio prazo, como parte de reformas em curso no país permite também dar a conhecer aos

investidores privados e parceiros de desenvolvimento, as políticas fiscais de médio prazo e motivar a confiança dos mesmos no país.

2. Riscos de políticas ou programas orçamentais - que são riscos de que a colecta de impostos ou o controlo das despesas não ocorram como planeado, gerando perdas de receitas ou despesas adicionais.

Alterações na legislação fiscal, laboral, ambiental ou em regulamentos específicos do sector podem alterar as condições sob as quais as organizações operam. A introdução de novas taxas, impostos ou restrições pode aumentar custos ou reduzir receitas de forma súbita.

3. Riscos de créditos orçamentais incertos (também designados por passivos contingentes), que englobam todos os compromissos que o governo assumiu formalmente ou obrigações que o governo não poderia evitar, mas que não estão incluídos nas previsões orçamentais por serem incertos ou impossíveis de medir. Inserem-se aqui as garantias (em que uma parte promete ser responsável pelas obrigações de outra parte em caso de incumprimento desta), as indemnizações (promessa juridicamente vinculativa em que uma parte se compromete a aceitar o risco de perdas ou danos que outra parte possa sofrer) ou outros tipos de créditos (por exemplo, acções judiciais, litígios fiscais, subscrição de capital não realizado). Contudo, a identificação e, na verdade, a medição e divulgação - de tais riscos é controversa, na medida em que pode cristalizar ou dar origem a reivindicações que não foram legalmente aprovadas pelo governo e pelo parlamento.

4. Riscos de execução - estão relacionados com a capacidade de implementar as acções previstas. Incluem atrasos, subestimação de custos, sobrecustos, erros metodológicos ou de planeamento, e falhas na cadeia de fornecimento.

As despesas de projectos de investimentos financiados pelos doadores em forma de crédito e donativos constituem uma importante fonte de desvios significativos entre o orçamento aprovado e o executado, conforme observado nas análises de execução orçamental. O certo é que, quando se trata desta categoria de despesas, o governo tem muito pouco ou, por vezes, nenhum controlo no desembolso desses recursos externos. Esta variável exógena, explica a grande parte da pouca previsibilidade na fase de elaboração do OGE e os desvios no controlo da execução orçamental, uma vez que, esta categoria de despesas representa em média 90% do total de investimento público e aproximadamente 55% do total de despesas programadas no OGE.

A mobilização dos recursos externos permite ao país, prover-se de reservas internacionais líquidas o suficiente para garantir o mínimo de 3 meses de importação de bens e serviços e também para sustentar o acordo de paridade cambial. Contudo, enfrentamos agora os riscos de grande parte dos recursos oficiais externos estarem concentrados em menos de meia dúzia de parceiros de desenvolvimento. Isto leva a que estes financiamentos externos ao entrarem de forma tardia (como tem acontecido nos últimos anos) ou não entrarem de todo, comprometam sobremaneira o papel do Estado no aprovisionamento de bens e serviços públicos essenciais para o desenvolvimento. Estes constrangimentos implicam também que muitas vezes, o Tesouro Público tenha de fazer o adiantamento de receitas internas para cobrir certas despesas orçamentadas com financiamento externo. Por conseguinte, o não ou tardio desembolso desses fundos externos cria défices temporários de tesouraria, que comprometem a realização de

despesas correntes urgentes e inadiáveis e de investimento com recursos internos que possam vir a surgir posteriormente.

Em suma, considerando que os orçamentos se baseiam em previsões, e qualquer erro na estimativa de receitas, despesas ou necessidades futuras pode comprometer a execução financeira, a falta de dados fiáveis ou o uso de pressupostos irrealistas amplificam este risco. Por outro lado, oscilações nas taxas de câmbio, de juro, ou na disponibilidade de crédito afectam directamente o desempenho financeiro do orçamento, sobretudo em organizações expostas a mercados internacionais ou com endividamento significativo.

Desta forma, quando o Estado lança obras de investimentos públicos com financiamento externo, em que os recursos previstos para as mesmas não sejam desembolsados na totalidade ou tardiamente, isso leva a que as empresas vencedoras do concurso público, e responsáveis pela implementação de projectos de investimentos, ao verem seus fundos de maneo esgotados, tendem a contrair dívidas junto à banca, para pelo menos suportar os seus custos fixos.

Para evitar riscos associados à evolução macroeconómica diferente da projectada no orçamento, as projecções das receitas e despesas internas para além de estarem indexadas a uma taxa de crescimento e inflação inicialmente prevista, elas são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução destes dois indicadores. Os riscos relativos à taxa de câmbio nominal efectiva são diminutos, uma vez que estes dependem essencialmente da evolução da dobra face ao dólar e por sua vez do dólar face ao euro.

Os riscos internos, são os que merecem maior atenção e cujo controlo está sobre o alcance e é da responsabilidade do Governo, onde incluem falhas em processos, sistemas de informação, recursos humanos insuficientes ou pouco qualificados, e até fraudes ou corrupção.

Com a descentralização do processo de execução das despesas, tem-se observado um menor rigor e disciplina orçamental praticados pelas DAF's. Desta forma, é necessário que, para o caso concreto das despesas com pessoal, se tenha um maior controlo daquilo que se executa. A chamada de atenção para esta categoria de despesa, tem a ver com o facto de esta ser a principal fonte de pressão de despesas de funcionamento nos últimos anos, e com a agravante de representar aproximadamente 50% de despesas correntes e absorver aproximadamente 60% de receitas fiscais. Neste sentido, tudo que são despesas com pessoal devem continuar a ser executadas de forma centralizada pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro.

VIII. EVOLUÇÃO DO STOCK NOMINAL DA DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL

Em função dos novos desembolsos de empréstimos para financiamento das despesas de investimentos esperados para 2025-2029, a meta do saldo global estabelecida para o mesmo período, as transferências da CNP associados a emissão das obrigações do tesouro (OT), projecta-se uma redução do stock da dívida pública do sector público de 594,3 milhões de Dólares (87,9% do PIB) em 2025 para 553,6 milhões de Dólares (65,7% do PIB) em 2027.

Tabela 11: Projecção do Stock da Dívida Pública
(em milhões de Dólares)

DESIGNAÇÃO	2021	2022	2023	2024-Junho
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO	551,7	573,0	850,2	847,4
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL	390,1	376,6	379,4	377,0
Dívida Externa	298,8	278,2	236,7	236,2
Multilateral	82,6	86,5	97,5	96,3
Bilateral	216,2	191,7	139,2	139,9
Dívida Interna	91,3	98,4	142,7	140,8
Dívida com Fornecedores	64,3	61,7	56,2	54,7
Fornecedores Diversos	13,1	13,9	14,2	13,8
Novos Atrasados internos	51,2	47,7	42	40,9
Dívida contraída pelo Tesouro	26,9	36,7	86,5	86,1
Bilhetes de Tesouro	26,9	31,7	38,6	38,6
Obrigações de Tesouro	-	-	2	1,9
Outras Dívidas contraídas Tesouro	-	5,0	45,9	45,6
Passivos Contingentes	161,6	196,4	470,8	470,4
Dívida Externa Bilateral Garantida	-	-	54,3	54,3
Dívida das Empresas Estatais Garantidas	6,1	4,8	210,4	210,0
Dívida das Empresas Estatais Não Garantidas	155,5	191,6	206,1	206,1

Fonte: Gabinete da Dívida/Direcção do Tesouro

A projecção do stock da dívida externa para o ano de 2026 considera os seguintes pontos:

Novos Empréstimos: Incluem-se os acordos de empréstimos do Kuwait, BEI, BAD e BADEA. Estes novos desembolsos foram projectados com base nos acordos já assinados e no período de utilização estipulado. O aumento da dívida externa reflecte tanto os novos empréstimos quanto o ritmo acelerado dos desembolsos, o que está alinhado com os objectivos do governo de cumprir seu programa de investimentos e outras prioridades fiscais. Serviço da Dívida: A projecção do serviço da dívida é baseada nos acordos dos empréstimos que já foram totalmente desembolsados e que seguem um plano de amortização definido. Assim, os pagamentos futuros de capital e juros foram calculados conforme os cronogramas de amortização acordados.

Dívida com Fornecedores Internos Pagamentos Passados como Referência: A análise considera os pagamentos realizados em 2024 como base para estimar os valores futuros. Mantendo o mesmo ritmo de pagamento, projecta-se a continuidade desses pagamentos para os anos seguintes, o que ajuda a prever com mais precisão o montante da dívida com fornecedores.

A previsão para os Bilhetes do Tesouro é ajustada da seguinte forma: Emissão e Redução: Está prevista a emissão de 80% do valor total em dívida, com a redução de 20% sendo coberta por fundos próprios do Tesouro Público. Esta abordagem visa equilibrar a necessidade de novo financiamento com a capacidade de reduzir a dependência de endividamento externo.

Para as Obrigações de Tesouro: Emissão Total: Prevê-se a emissão de 100% do valor das Obrigações de Tesouro (OT) planeadas para 2024, com continuidade nos anos seguintes. Este plano de emissão visa garantir a liquidez necessária para cobrir as despesas do governo e suportar os investimentos previstos.

Para os Passivos Contingentes, incluindo a Dívida das Empresas Estatais Garantidas: Planos de Amortização: A projecção dos passivos contingentes segue os planos de amortização disponíveis. Isso inclui a dívida garantida e não garantida das empresas estatais, com as projecções ajustadas conforme os planos de pagamento estabelecidos.

A análise da dívida pública para 2026 deve considerar as seguintes actualizações: Aumento da Dívida Externa: Reflete a inclusão dos novos empréstimos e a aceleração dos desembolsos. A projecção deve incorporar o impacto desses novos compromissos e ajustar os pagamentos futuros de acordo com os planos de amortização estabelecidos.

Dívida Interna e Pagamentos a Fornecedores: Manter o ritmo de pagamento observado em 2025 ajuda a prever com precisão a dívida com fornecedores internos. A estratégia de emissão de Bilhetes e Obrigações de Tesouro deve garantir o financiamento necessário sem comprometer excessivamente as finanças públicas.

Gestão dos Passivos Contingentes: As projecções para a dívida das empresas estatais devem ser ajustadas com base nos planos de amortização disponíveis para assegurar que todos os passivos sejam geridos adequadamente.